

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	106
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.467
Preferenciais	0
Total	197.467
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	31.254.147	30.255.751
1.01	Ativo Circulante	8.160.920	7.745.460
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	820.751	2.095.811
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.771	38.940
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	2.771	38.940
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	2.771	38.940
1.01.03	Contas a Receber	3.889.772	3.199.267
1.01.03.01	Clientes	3.822.268	3.138.250
1.01.03.01.01	Consumidores, revendedores e outros	3.373.226	2.621.373
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	449.042	516.877
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	67.504	61.017
1.01.04	Estoques	11.055	29.481
1.01.04.01	Almoxarifado	11.055	29.481
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.035.430	970.890
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.035.430	970.890
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	79.997	53.496
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	955.433	917.394
1.01.07	Despesas Antecipadas	61.384	44.042
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.339.757	1.367.029
1.01.08.03	Outros	2.339.757	1.367.029
1.01.08.03.03	Outros créditos	250.580	195.173
1.01.08.03.04	Ativo financeiro setorial	1.771.059	906.507
1.01.08.03.05	Serviços em curso	315.945	241.631
1.01.08.03.06	Operação com instrumento derivativo	2.173	23.718
1.02	Ativo Não Circulante	23.093.227	22.510.291
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.122.805	18.330.477
1.02.01.04	Contas a Receber	40.264	36.054
1.02.01.04.01	Consumidores, revendedores e outros	23.909	23.899
1.02.01.04.02	Contas a receber - acordos	16.355	12.155
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.911.698	4.664.880
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.911.698	4.664.880
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	15.170.843	13.629.543
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	852.148	802.277
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	5.934.504	6.177.141
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	5.973.500	5.247.418
1.02.01.10.09	Outros créditos	62.343	80.429
1.02.01.10.10	Ativo financeiro setorial	1.403.066	680.881
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	848.114	545.741
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	97.168	95.656
1.02.02	Investimentos	34.936	41.250
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	34.936	41.250
1.02.03	Imobilizado	133.614	178.965
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	133.614	178.965
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	133.614	178.965
1.02.04	Intangível	3.801.872	3.959.599

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1.02.04.01	Intangíveis	3.801.872	3.959.599
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.801.872	3.959.599

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	31.254.147	30.255.751
2.01	Passivo Circulante	8.942.394	8.381.670
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	117.994	117.246
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	117.994	117.246
2.01.02	Fornecedores	3.162.031	2.505.707
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.162.031	2.505.707
2.01.03	Obrigações Fiscais	662.194	516.114
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	174.861	75.591
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	174.861	75.591
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	485.573	439.306
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.760	1.217
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.080.501	1.960.854
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	339.337	1.238.230
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	338.595	1.238.230
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	742	0
2.01.04.02	Debêntures	741.164	722.624
2.01.05	Outras Obrigações	3.753.612	3.112.832
2.01.05.02	Outros	3.753.612	3.112.832
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	478.657	60.834
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	1.967	2.555
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	510.735	445.232
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	402.634	359.718
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	1.092.265	1.032.194
2.01.05.02.10	Reserva de Reversão	7.342	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	4.808	8.735
2.01.05.02.12	Contas a pagar - acordo Eletrobras	367.446	355.807
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	41.249	56.034
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	36.589	3.000
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	809.920	781.381
2.01.06	Provisões	166.062	168.917
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	163.508	166.644
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	163.508	166.644
2.01.06.02	Outras Provisões	2.554	2.273
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.554	2.273
2.02	Passivo Não Circulante	18.889.233	19.175.043
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.121.290	3.607.533
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.137.179	613.482
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.137.179	613.482
2.02.01.02	Debêntures	2.984.111	2.994.051
2.02.02	Outras Obrigações	12.953.402	14.805.454
2.02.02.02	Outros	12.953.402	14.805.454
2.02.02.02.03	Operação com instrumento derivativo	63.854	0
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	1.266	2.660
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	5.002.165	6.688.417
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	83.146	27.561
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	31.206	36.714

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	93.843	133.883
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	462.228	532.303
2.02.02.02.14	Contas a pagar - acordo Eletrobras	356.311	700.833
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	116.445	153.940
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	6.742.938	6.529.143
2.02.04	Provisões	814.541	762.056
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	812.093	759.608
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	812.093	759.608
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	3.422.520	2.699.038
2.03.01	Capital Social Realizado	3.079.525	3.079.525
2.03.02	Reservas de Capital	2.268.430	2.268.430
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.267.884	2.267.883
2.03.02.07	Outras reservas	546	547
2.03.04	Reservas de Lucros	196.766	1.127.726
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.04.02	Reserva Estatutária	0	171.137
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	759.823
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	751.660	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	694.152	745.472
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.568.013	-4.522.115

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.257.672	14.901.314	3.861.613	10.861.003
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.531.018	-13.239.911	-3.439.711	-10.002.887
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.619.253	-7.765.264	-1.916.420	-5.778.257
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-64.031	-198.961	-60.772	-167.317
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-614.861	-1.999.022	-567.876	-1.288.923
3.02.07	Pessoal e Administradores	-109.821	-511.997	-168.195	-522.159
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.309	-4.434	-7.817	-21.614
3.02.09	Serviços de Terceiros	-243.802	-676.993	-153.013	-461.660
3.02.10	Material	-15.287	-44.108	-16.493	-70.469
3.02.11	Custo de Construção	-389.177	-1.028.876	-264.009	-750.679
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	-262.199	-416.830	-90.864	-334.970
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-13.982	-41.109	-21.801	-69.986
3.02.16	Depreciação e Amortização	-163.641	-486.708	-176.407	-508.971
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-33.655	-65.609	3.956	-27.882
3.03	Resultado Bruto	726.654	1.661.403	421.902	858.116
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	726.654	1.661.403	421.902	858.116
3.06	Resultado Financeiro	-183.702	-591.064	-163.891	-449.226
3.06.01	Receitas Financeiras	145.158	404.005	56.595	167.792
3.06.02	Despesas Financeiras	-328.860	-995.069	-220.486	-617.018
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-328.420	-995.602	-221.278	-613.770
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-440	533	792	-3.248
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	542.952	1.070.339	258.011	408.890
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-189.355	-369.999	-98.650	-152.935
3.08.01	Corrente	-75.314	-108.327	-9.977	-9.977
3.08.02	Diferido	-114.041	-261.672	-88.673	-142.958
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	353.597	700.340	159.361	255.955
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	353.597	700.340	159.361	255.955
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,79067	3,54662	0,80703	1,29619

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	353.597	700.340	159.361	255.955
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-10.280	954.102	-525.893	-369.929
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	1.446.998	-792.365	-561.850
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	-491.980	269.404	191.029
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-15.575	-1.386	-4.442	1.352
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	5.295	470	1.510	-460
4.03	Resultado Abrangente do Período	343.317	1.654.442	-366.532	-113.974

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-328.415	1.263.984
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.462.273	1.858.956
6.01.01.01	Lucro líquido do período	700.340	255.955
6.01.01.02	Depreciação e amortização	519.063	512.289
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumento derivativo	-68.979	0
6.01.01.04	Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	143.379	0
6.01.01.05	Variações monetárias	-15.569	37.354
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-368.888	-64.971
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	417.604	336.607
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros, líquida	135.034	87.105
6.01.01.09	Atualização Acordo Eletrobras	28.229	38.164
6.01.01.10	Custo de empréstimos e Debêntures (encargos de dívidas)	264.665	231.491
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	356.866	335.299
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-642	-1.777
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	54.079	30.669
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	261.672	142.958
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	12.207	16.126
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	23.213	-98.313
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.571.910	484.914
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-1.060.010	-144.109
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	-46.919	-338.767
6.01.02.03	Almoxarifado	18.426	-18.350
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	615	-21.754
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	204.598	-2.151.123
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-17.342	-15.853
6.01.02.08	Outros créditos	-67.596	-158.393
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	-1.586.737	741.483
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	748	-13.297
6.01.02.11	Fornecedores	553.717	-225.803
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.851	9.978
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	143.229	70.696
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	-2.638	413.116
6.01.02.15	Serviços em curso	-74.314	-14.853
6.01.02.16	Encargos setoriais	127.132	8.832
6.01.02.19	Outras obrigações	-10.004	26.759
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	242.334	2.316.352
6.01.03	Outros	-1.218.778	-1.079.886
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-102.502	-125.572
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-25.006	-4.905
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-570.001	-451.397
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-145.650	-121.407
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	-416	-1.332
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-12.207	-15.577

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-1.884	-8.013
6.01.03.08	Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	-361.112	-351.683
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-937.628	-744.897
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-1.019.996	-713.515
6.02.02	Consumidores participação financeira	90.246	49.927
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-34.265	-79.394
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	70.878	-57.213
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-68.322	6.562
6.02.06	Enel Sudeste - Incorporação - Ágio	0	48.736
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	23.831	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.017	474.850
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	3.169.000	859.997
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-2.701.583	-226.986
6.03.03	Custo de empréstimos e Debêntures (custos de transação e prêmios)	-28.204	0
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-43.240	-58.161
6.03.05	Amortizações de operação com instrumento derivativo	108.147	0
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-513.137	-100.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.275.060	993.937
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.095.811	1.280.195
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	820.751	2.274.132

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.127.726	0	-3.776.643	2.699.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.127.726	0	-3.776.643	2.699.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-930.960	0	0	-930.960
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-759.823	0	0	-759.823
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-171.137	0	0	-171.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	700.340	954.102	1.654.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	700.340	0	700.340
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	954.102	954.102
5.05.02.08	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	0	1.446.998	1.446.998
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-491.980	-491.980
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-1.386	-1.386
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	470	470
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	51.320	-51.320	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	77.758	-77.758	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-26.438	26.438	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	196.766	751.660	-2.873.861	3.422.520

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	838.532	0	-2.217.271	3.969.216
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	838.532	0	-2.217.271	3.969.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-470.629	0	0	-470.629
5.04.06	Dividendos	0	0	-470.629	0	0	-470.629
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	255.955	-369.929	-113.974
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	255.955	0	255.955
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-369.929	-369.929
5.05.02.08	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	0	-561.850	-561.850
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	191.029	191.029
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	1.352	1.352
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-460	-460
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	52.754	-52.754	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	79.931	-79.931	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-27.177	27.177	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	367.903	308.709	-2.639.954	3.384.613

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	22.513.856	16.531.467
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.527.391	7.281.822
7.01.02	Outras Receitas	13.374.419	8.833.936
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.028.876	750.679
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-416.830	-334.970
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.645.569	-9.196.990
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-10.929.149	-7.933.664
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.622.978	-1.209.864
7.02.04	Outros	-93.442	-53.462
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.868.287	7.334.477
7.04	Retenções	-519.062	-512.289
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-519.062	-512.289
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.349.225	6.822.188
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	404.005	167.792
7.06.02	Receitas Financeiras	404.005	167.792
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.753.230	6.989.980
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.753.230	6.989.980
7.08.01	Pessoal	549.552	559.208
7.08.01.01	Remuneração Direta	404.635	372.598
7.08.01.02	Benefícios	121.606	157.954
7.08.01.03	F.G.T.S.	23.311	28.656
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.495.991	5.541.763
7.08.02.01	Federais	4.185.092	2.626.987
7.08.02.02	Estaduais	3.280.245	2.880.924
7.08.02.03	Municipais	30.654	33.852
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.007.347	633.054
7.08.03.01	Juros	995.396	615.551
7.08.03.02	Aluguéis	11.951	17.503
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	700.340	255.955
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	700.340	255.955

Comentário do Desempenho

Comentários de Desempenho

3T21 / 9M21

Enel Distribuição São Paulo

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

26 de outubro de 2021

Relações com Investidores

<http://ri.eneldistribuicaosp.com.br/> | brasil.investorrelations@enel.com

Comentário do Desempenho

São Paulo, 26 de outubro de 2021 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do terceiro trimestre (“3T21”) e dos nove meses (“9M21”) de 2021. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

1 DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	10.077	9.791	2,9%	10.203	-1,2%	30.636	29.713	3,1%
Receita Bruta (R\$ mil)	9.602.888	5.901.220	62,7%	6.666.710	44,0%	22.930.687	16.866.437	36,0%
Receita Líquida (R\$ mil)	6.257.672	3.861.613	62,0%	4.311.189	45,1%	14.901.314	10.861.003	37,2%
EBITDA (R\$ mil)	890.293	598.309	48,8%	672.557	32,4%	2.148.109	1.367.087	57,1%
Margem EBITDA (%)	14,2%	15,5%	-1,3 p.p.	15,6%	-1,4 p.p.	14,4%	12,6%	1,8 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)	15,1%	16,7%	-1,6 p.p.	16,7%	-1,6 p.p.	15,1%	13,2%	1,9 p.p.
EBIT (R\$ mil)	726.652	421.902	72,2%	511.187	42,1%	1.661.401	858.116	93,6%
Margem EBIT (%)	11,6%	10,9%	0,7 p.p.	11,9%	-0,2 p.p.	11,1%	7,9%	3,2 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	353.597	159.361	>100,0%	210.206	68,2%	700.340	255.955	>100,0%
Margem Líquida (%)	5,7%	4,1%	1,5 p.p.	4,9%	15,9%	4,7%	2,4%	2,3 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	6,0%	4,5%	1,5 p.p.	5,2%	15,1%	4,9%	2,5%	2,4 p.p.
CAPEX (R\$ mil)	416.141	272.059	53,0%	364.391	14,2%	1.033.573	716.128	44,3%
DEC - horas (12 meses)	7,22	7,04	2,6%	7,25	-0,4%	7,22	7,04	2,6%
FEC - vezes (12 meses)	3,74	3,66	2,2%	3,86	-3,1%	3,74	3,66	2,2%
Índice de Arrecadação (YTD)	100,55%	96,99%	3,6 p.p.	100,07%	0,5 p.p.	100,55%	96,99%	3,6 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)	10,43%	10,42%	0 p.p.	10,53%	-0,1 p.p.	10,43%	10,42%	0 p.p.
Nº de Consumidores (3)	7.535.641	7.414.535	1,6%	7.493.420	0,6%	7.535.641	7.414.535	1,6%
Nº de Colaboradores Próprios (4)	4.585	5.939	-22,8%	4.735	-3,2%	4.585	5.939	-22,8%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	608	367	65,6%	301	>100,0%	1.848	1.115	65,7%
PMSO (5) / Consumidor	262,6	46,1	>100,0%	48,6	>100,0%	174,8	148,9	17,4%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	455	278	63,5%	221	>100,0%	455	278	63,5%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	16.579	26.659	-37,8%	33.946	-51,2%	16.579	26.659	-37,8%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20 | (3) Unidades Faturadas | (4) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

DADOS GERAIS

	3T21	3T20	Var. %
Área de Concessão (Km ²)	4.526	4.526	0,0%
Municípios (Qtde.)	24	24	0,0%
Habitantes (Qtde.) (1)	18.358.448	18.292.233	0,4%
Consumidores (Unid.)	7.535.641	7.414.535	1,6%
Linhas de Distribuição (Km)	44.132	42.162	4,7%
Linhas de Transmissão (Km)	1.835	1.836	-0,1%
Subestações (Unid.)	162	162	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	41.201	40.630	1,4%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	8,66%	8,62%	0 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	8,29%	8,62%	-0,3 p.p.

(1) Para ambos os trimestres foi utilizado o censo IBGE 2010 com projeção de população oficial
(2) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADÉE
(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapetininga
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá



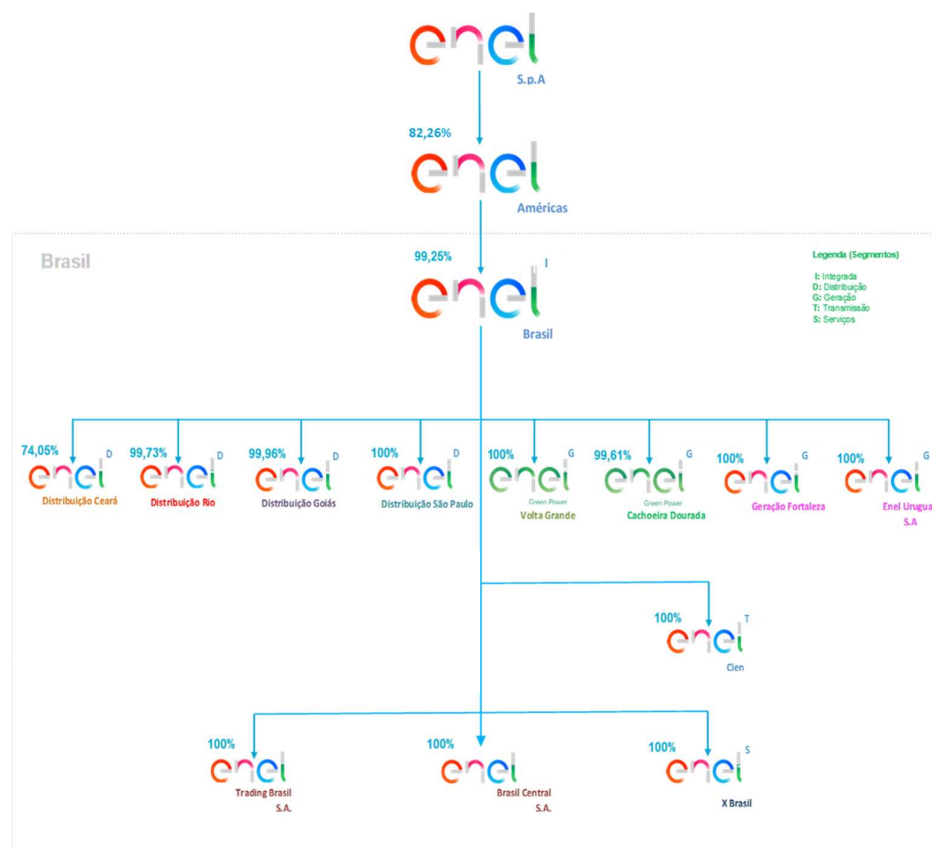
A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, com presença em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiro do país. A área de concessão, de 4.526 km², conta com 1.665 unidades consumidoras faturadas por km².

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

ESTRUTURA DE CONTROLE

	ON	%	TOTAL	%
Enel Brasil S.A	197.466.862	100%	197.466.862	100%
Total	197.466.862	100%	197.466.862	100%

Comentário do Desempenho



3

DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Mercado de Energia

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Mercado Cativo	7.532.918	7.412.471	1,6%	7.490.855	0,6%	7.532.918	7.412.471	1,6%
Residencial	7.088.675	6.957.936	1,9%	7.043.715	0,6%	7.088.675	6.957.936	1,9%
Industrial	25.138	25.390	-1,0%	24.932	0,8%	25.138	25.390	-1,0%
Comercial	399.281	408.805	-2,3%	402.144	-0,7%	399.281	408.805	-2,3%
Rural	573	562	2,0%	575	-0,3%	573	562	2,0%
Setor Público	19.251	19.778	-2,7%	19.489	-1,2%	19.251	19.778	-2,7%
Cientes Livres	2.723	2.064	31,9%	2.565	6,2%	2.723	2.064	31,9%
Industrial	632	527	19,9%	600	5,3%	632	527	19,9%
Comercial	2.031	1.484	36,9%	1.906	6,6%	2.031	1.484	36,9%
Setor Público	53	46	15,2%	52	1,9%	53	46	15,2%
Clas Energéticas	7	7	0,0%	7	0,0%	7	7	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.535.641	7.414.535	1,6%	7.493.420	0,6%	7.535.641	7.414.535	1,6%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20

A Companhia encerrou o 3T21 com um aumento de 1,6%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação à quantidade de unidades consumidoras faturadas no 3T20. Observa-se, no trimestre, crescimento mais moderado no mercado cativo e para o mercado livre, destaque para a classe comercial e industrial com aumento de 36,9% e 19,9%, respectivamente no período.

Comentário do Desempenho

Venda de Energia na Área de Concessão¹

A venda de energia na área de concessão da Enel Distribuição São Paulo, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 3T21 em 10.077 GWh, aumento de 2,9% em relação ao 3T20.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. %
Mercado Cativo	7.089	7.234	-2,0%	7.245	-1,1%	21.628	21.970	-1,6%
Clientes Livres	2.988	2.557	16,8%	2.958	1,0%	9.008	7.743	16,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	10.077	9.791	2,9%	10.203	-1,2%	30.636	29.713	3,1%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20

Mercado Cativo

O mercado cativo somou 7.089 GWh no 3T21, o que correspondeu a uma redução de 2,0% comparado ao 3T20.

A redução na classe residencial no 3T21 de 3,1% deve-se a uma maior base de comparação no 3T20. No início da pandemia, o faturamento foi realizado pela média de consumo devido a impossibilidade de medição local. Nos meses de junho a agosto de 2020 houve o refaturamento desses meses passados.

Já na classe industrial, a redução de 4,5% é resultado da migração destes clientes para o mercado livre.

O leve aumento de 0,9% na classe comercial é explicado pela retomada econômica.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. %
Residencial	4.162	4.296	-3,1%	4.207	-1,1%	12.554	12.288	2,2%
Industrial	552	578	-4,5%	561	-1,6%	1.634	1.688	-3,2%
Comercial	1.864	1.847	0,9%	1.928	-3,3%	5.860	6.352	-7,7%
Rural	8	8	-4,3%	8	-4,3%	23	24	-5,6%
Setor Público	503	505	-0,4%	541	-7,0%	1.557	1.618	-3,8%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	7.089	7.234	-2,0%	7.245	-2,1%	21.628	21.970	-1,6%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. %
Residencial	587	641	-8,4%	597	-1,7%	1.771	1.766	0,3%
Industrial	21.964	23.285	-5,7%	22.501	-2,4%	65.006	66.490	-2,2%
Comercial	4.669	4.725	-1,2%	4.794	-2,6%	14.677	15.539	-5,5%
Rural	13.357	14.330	-6,8%	13.913	-4,0%	39.535	42.355	-6,7%
Setor Público	26.136	26.722	-2,2%	27.759	-5,8%	80.886	81.771	-1,1%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	941	976	-3,6%	967	-2,7%	2.871	2.964	-3,1%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20

Clientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres foi de 2.988 GWh no 3T21, um aumento de 17% quando comparado ao 3T20, justificado pela retomada da economia e do padrão de consumo dos clientes livres da Companhia mediante a redução do padrão médio de consumo dos clientes livres industriais e comerciais verificado em 2020, resultado dos efeitos da pandemia do Covid-19 e consequente contração da atividade econômica. No acumulado do ano, o volume total de energia transportada aos clientes livres cresceu 16,3%.

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. %
Industrial	1.447	1.252	15,6%	1.388	4,3%	4.217	3.600	17,1%
Comercial	1.148	934	22,9%	1.168	-1,7%	3.586	2.981	20,3%
Setor Público	393	371	5,8%	402	-2,3%	1.205	1.162	3,7%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	2.988	2.557	16,8%	2.958	1,0%	9.008	7.743	16,3%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWh/CONSUMIDOR)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. %
Industrial	2.290	2.376	-3,6%	2.313	-1,0%	6.673	6.831	-2,3%
Comercial	565	629	-10,2%	613	-7,8%	1.766	2.009	-12,1%
Setor Público (3)	7.409	6.992	6,0%	6.814	8,7%	22.729	21.914	3,7%
Média - Transporte per Capita para Clientes Livres	1.097	1.239	-11,4%	1.153	-4,8%	3.308	3.751	-11,8%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20

¹ Não Inclui Consumo Próprio

Comentário do Desempenho

Compra de Energia

FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Itaipu	1.965	2.096	-6,3%	1.932	1,7%	5.812	6.211	-6,4%
Leilão (3)	6.166	6.886	-10,4%	6.708	-8,1%	19.921	20.751	-4,0%
Angra 1 e 2	373	390	-4,5%	369	1,1%	1.106	1.162	-4,8%
Proinfa	195	200	-2,4%	182	7,2%	533	559	-4,7%
Total - Compra de Energia	8.699	9.572	-9,1%	9.191	-5,3%	27.372	28.684	-4,6%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20 | (3) Inclui Leilão CCEAR, Compra CCEE e Quotas de garantia física

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Energia Consumida (GWh)	10.077	9.791	2,9%	10.203	-1,2%	30.636	29.713	3,1%
Residencial	4.162	4.296	-3,1%	4.207	-1,1%	12.554	12.288	2,2%
Industrial	552	578	-4,5%	561	-1,6%	1.634	1.688	-3,2%
Comercial	1.864	1.847	0,9%	1.928	-3,3%	5.860	6.352	-7,7%
Rural	8	8	-4,3%	8	-4,3%	23	24	-5,6%
Setor público	503	505	-0,4%	541	-7,0%	1.557	1.618	-3,8%
Clientes Livres	2.988	2.557	16,8%	2.958	1,0%	9.008	7.743	16,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	1.200	1.232	-2,6%	1.110	8,1%	3.575	3.554	0,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	10,53%	10,96%	-0,4 p.p.	10,01%	0,5 p.p.	10,53%	10,96%	-0,4 p.p.

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
DEC - horas (12 meses)	7,22	7,04	2,6%	7,25	-0,4%	7,22	7,04	2,6%
FEC - vezes (12 meses)	3,74	3,66	2,2%	3,86	-3,1%	3,74	3,66	2,2%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	10,43%	10,42%	0 p.p.	10,53%	-0,1 p.p.	10,43%	10,42%	0 p.p.
Índice de Amecação (YTD) (%)	100,55%	96,99%	3,6 p.p.	100,07%	0,5 p.p.	100,55%	96,99%	3,6 p.p.
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	608	367	65,6%	301	>100,0%	1.848	1.115	65,7%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	455	278	63,5%	221	>100,0%	455	278	63,5%
PMSO (3) / Consumidor	262,6	46,1	>100,0%	48,6	>100,0%	174,8	148,9	17,4%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	16.579	26.659	-37,8%	33.946	-51,2%	16.579	26.659	-37,8%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20 | (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – 12 meses) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – 12 meses) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 3T21, os indicadores apresentaram um leve aumento em relação ao 3T20. Esses indicadores têm sido fortemente impactados pela pandemia do Covid-19, com redução do contingente operacional

e impacto na cadeia de suprimento logístico, principalmente em razão de atraso nas entregas de materiais e equipamentos. Como ação de contorno, a Companhia tem realizado investimentos em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadores telecomandados e automatizados para o restabelecimento de energia, intensificação das ações de manutenção da rede e podas de árvore, além do desenvolvimento de equipes multitarefas. Adicionalmente, a Companhia incrementou os recursos de atendimento emergencial com equipes adicionais para suprir a redução das equipes de campo. Apesar disso, destaca-se que os indicadores de qualidade da Companhia encontram-se abaixo da meta regulatória estipulada pela ANEEL considerando os últimos doze meses até setembro de 2021.

Comentário do Desempenho

Disciplina de Mercado (Perdas)²



O percentual de perdas é a taxa obtida através da divisão da diferença entre a energia medida na fronteira e a energia faturada dos clientes, pelo total do suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses (46.274 GWh).

As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 10,43%, sendo divididas entre perdas técnicas (5,13%) e não técnicas (5,30%). Em comparação ao 3T20, as perdas totais mantiveram-se praticamente estáveis, com um

aumento de apenas 0,01 p.p. O nível de perdas permanece elevado quando comparado aos trimestres anteriores devido ao aumento na agressividade de perdas comerciais (não técnicas) ocasionada pelo COVID19.

A ENEL Distribuição São Paulo tem intensificado suas ações de combate às perdas comerciais para os segmentos de baixa renda com um programa de mapeamento e cadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto na nova legislação.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição; (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas: tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular; (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares, e, (iv) Redução de perdas administrativas: o objetivo dessa iniciativa é identificar as oportunidades nos processos do ciclo comercial que geram perdas de faturamento.

No 3T21, as iniciativas de combate a perdas contribuíram com aproximadamente R\$ 174,7 milhões no resultado da Companhia e acrescentaram ao mercado faturado 313,8 GWh de energia, ante os R\$ 110,6 milhões e 218,9 GWh adicionados no 3T20, respectivamente.

Arrecadação

O índice de arrecadação da companhia atingiu 100,55% no 3T21 contra 96,99% no mesmo período do ano anterior, representando um aumento de 3,6 p.p, devido ao aumento de arrecadação com cobranças administrativas, resultado das ações adotadas pela Companhia para reduzir os níveis de inadimplência. Além disso, a Companhia tem atuado no sentido de mitigar os impactos da Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que suspendeu temporariamente os cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades consideradas essenciais. Para tal, foram realizadas ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

² Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL.
Referência Anel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.

Comentário do Desempenho

4

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	9.602.888	5.901.220	62,7%	6.666.710	44,0%	22.930.687	16.866.437	36,0%
Deduções à Receita Operacional	(3.345.216)	(2.039.607)	64,0%	(2.355.521)	42,0%	(8.029.373)	(6.005.434)	33,7%
Receita Operacional Líquida	6.257.672	3.861.613	62,0%	4.311.189	45,1%	14.901.314	10.861.003	37,2%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (3)	(4.978.201)	(2.999.295)	66,0%	(3.276.008)	52,0%	(11.724.328)	(8.743.237)	34,1%
EBITDA	890.293	598.309	48,8%	672.557	32,4%	2.148.109	1.367.087	57,1%
Margem EBITDA	14,2%	15,5%	-8,2%	15,6%	-8,8%	14,4%	12,6%	1,8 p.p.
EBIT	726.652	421.902	72,2%	511.187	42,1%	1.661.401	858.116	93,6%
Margem EBIT	11,6%	10,9%	6,3%	11,9%	-2,1%	11,1%	7,9%	3,2 p.p.
Resultado Financeiro	(183.702)	(163.891)	12,1%	(192.325)	-4,5%	(591.064)	(449.226)	31,6%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(189.353)	(98.650)	91,9%	(108.656)	74,3%	(369.997)	(152.935)	>100,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido	353.597	159.361	>100,0%	210.206	68,2%	700.340	255.955	>100,0%
Margem Líquida	5,7%	4,1%	36,9%	4,9%	15,9%	4,7%	2,4%	99,4%
Margem Líquida ex-Receita de Construção	6,0%	4,4%	36,0%	5,3%	13,2%	5,0%	2,5%	99,4%
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	1,79	0,81	>100,0%	1,06	0,68	3,55	1,30	>100,0%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20 | (3) Não considera custo de construção, depreciação e amortização

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	3.377.066	2.370.660	42,5%	2.605.522	29,6%	8.527.391	7.281.822	17,1%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	503.118	424.234	18,6%	517.944	-2,9%	1.536.468	1.254.640	22,5%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	2.439.093	2.337.470	4,3%	2.381.029	2,4%	7.228.314	6.674.839	8,3%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(12.697)	(24.528)	-48,2%	(15.700)	-19,1%	(53.627)	(40.186)	33,4%
Receita de Construção	389.177	264.009	47,4%	362.624	7,3%	1.028.876	750.679	37,1%
Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes	761.131	176.264	>100,0%	105.899	>100,0%	1.074.567	194.473	>100,0%
Total - Outras Receitas Originadas com Clientes	4.079.822	3.177.449	28,4%	3.351.796	21,7%	10.814.598	8.834.445	22,4%
Subvenção de Recursos da CDE	126.314	123.955	1,9%	128.206	-1,5%	377.260	362.844	4,0%
Ativo Financeiro Setorial, Líquido	1.854.455	181.370	>100,0%	485.310	>100,0%	2.842.549	322.355	>100,0%
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	165.231	47.786	>100,0%	95.876	72,3%	368.889	64.971	>100,0%
Total - Outras Receitas	2.146.000	353.111	>100,0%	709.392	>100,0%	3.588.698	750.170	>100,0%
Total - Receita Operacional Bruta	9.602.888	5.901.220	62,7%	6.666.710	44,0%	22.930.687	16.866.437	36,0%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20

A receita operacional bruta da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 9,6 bilhões no 3T21, um aumento de 62,7% comparado ao 3T20. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 3T21, alcançou o montante de R\$ 9,2 bilhões, um aumento de R\$ 3,6 bilhões em relação ao 3T20, cujo montante foi de R\$ 5,6 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Maior ativo e passivo financeiro setorial no período, em R\$ 1,7 bilhão, devido, principalmente à maior constituição de ativo regulatório no período;
- Aumento de R\$ 584,9 milhões em outras receitas originadas de aumento na venda de energia excedente no MVE, venda de energia de curto prazo devido a sobrecontratação e reajuste de preços dos contratados de compartilhamento de infraestrutura;
- Aumento de R\$ 180,5 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre, decorrentes dos ajustes tarifários no período de 9,44% sendo de parcela B o reajuste de 36,91%;
- Aumento de atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 117,4 milhões, por conta do maior volume de investimentos realizados na área de concessão no período analisados.

No acumulado do ano, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 36,0%, ou R\$ 6,1 bilhões, em relação aos nove meses de 2020, totalizando R\$ 22,9 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, nos 9M21, alcançou o montante de R\$ 21,9 bilhões, um aumento de R\$ 5,8 bilhões em relação aos 9M20, cujo montante foi de R\$ 16,1 bilhões.

Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:

- Maior ativo e passivo financeiro setorial no período, em R\$ 2,5 bilhões, devido, principalmente à maior constituição de ativo regulatório no período;
- Aumento de R\$ 880,1 milhões em outras receitas originadas de aumento na venda de energia excedente no MVE, venda de energia de curto prazo devido a sobrecontratação e reajuste de preços dos contratados de compartilhamento de infraestrutura;

Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 835,3 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre, decorrentes dos ajustes tarifários no período de 9,44% sendo de parcela B o reajuste de 36,91%;
- Aumento de atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 303,9 milhões, por conta do maior volume de investimentos realizados na área de concessão no período analisados.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
ICMS	(1.197.396)	(993.585)	20,5%	(1.043.040)	14,8%	(3.272.945)	(2.874.710)	13,9%
PIS	(114.372)	(76.348)	49,8%	(79.849)	43,2%	(278.342)	(219.838)	26,6%
COFINS	(526.791)	(351.706)	49,8%	(368.070)	43,1%	(1.282.392)	(1.013.023)	26,6%
ISS	(37)	(45)	-17,8%	(37)	0,0%	(110)	(132)	-16,7%
Total - Tributos	(1.838.596)	(1.421.684)	29,3%	(1.490.996)	23,3%	(4.833.789)	(4.107.703)	17,7%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(56.509)	(35.332)	59,9%	(38.239)	47,8%	(134.046)	(99.842)	34,3%
Encargo Setorial CDE (3)	(637.029)	(559.893)	13,8%	(529.162)	20,4%	(1.820.069)	(1.679.668)	8,4%
TFSEE (4)	(7.086)	(4.976)	42,4%	(4.977)	42,4%	(17.040)	(14.452)	17,9%
Encargos do consumidor - PROINFA	(27.904)	(17.584)	58,7%	(23.076)	20,9%	(76.845)	(67.752)	13,4%
Encargos do consumidor - CCRBT (5)	(778.092)	(138)	>100,0%	(269.071)	>100,0%	(1.147.584)	(36.017)	>100,0%
Total - Encargos Setoriais	(1.506.620)	(617.923)	>100,0%	(864.525)	23,3%	(3.195.584)	(1.897.731)	68,4%
Total - Deduções da Receita	(3.345.216)	(2.039.607)	64,0%	(2.355.521)	42,0%	(8.029.373)	(6.005.434)	33,7%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20

(3) Conta de Desenvolvimento Energético | (4) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | (5) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária

As deduções totalizaram R\$ 3,3 bilhões no 3T21, um incremento de 64,0%, ou R\$ 1,3 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- Aumento de 29,3% (R\$ 416,9 milhões) no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 203,8 milhões e R\$ 213,1 milhões, respectivamente;
- Aumento de R\$ 888,7 milhões nos encargos setoriais, principalmente na linha de Encargos do consumidor - CCRBT.

No 9M21, as deduções da receita totalizaram R\$ 8,0 bilhões, contra R\$ 6,0 bilhões no 9M20, aumento de 33,7% ou R\$ 2,0 bilhões, atribuído aos seguintes fatores:

- Aumento de 17,7% (R\$ 726,1 milhões) no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 398,2 milhões e R\$ 327,9 milhões, respectivamente;
- Aumento de R\$ 1,3 bilhão nos encargos setoriais, principalmente nas linhas de Encargos do consumidor – CCRBT e encargos relacionados a Conta de Desenvolvimento Energético.

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Parcela A								
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(3.683.284)	(1.977.192)	86,3%	(2.202.806)	67,2%	(7.964.225)	(5.945.574)	34,0%
Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(614.861)	(567.876)	8,3%	(650.531)	-5,5%	(1.999.022)	(1.288.923)	55,1%
Total - Não Gerenciáveis	(4.298.145)	(2.545.068)	68,9%	(2.853.337)	50,6%	(9.963.247)	(7.234.497)	37,7%
Despesas Operacionais								
Pessoal	(109.821)	(168.195)	-34,7%	(134.430)	-18,3%	(511.997)	(522.159)	-1,9%
Previdência Privada	(1.309)	(7.817)	-83,3%	(1.537)	-14,8%	(4.434)	(21.614)	-79,5%
Serviços de Terceiros	(243.802)	(153.013)	59,3%	(205.570)	18,6%	(676.993)	(461.660)	46,6%
Material	(15.287)	(16.493)	-7,3%	(15.350)	-0,4%	(44.108)	(70.469)	-37,4%
Depreciação e Amortização	(163.641)	(176.407)	-7,2%	(161.370)	1,4%	(486.708)	(508.971)	-6,8%
PECLD (3)	(262.199)	(90.864)	>100,0%	(43.923)	>100,0%	(416.830)	(334.970)	24,4%
Custo de Construção	(389.177)	(264.009)	47,4%	(362.624)	7,3%	(1.028.876)	(750.679)	-48,2%
Provisão para processos judiciais e outros	(13.982)	(21.801)	-35,9%	(14.212)	-1,6%	(41.109)	(69.986)	-41,3%
Outras Despesas Operacionais	(33.657)	3.956	<-100,0%	(7.649)	>100,0%	(65.611)	(27.862)	>100,0%
Total - Despesas Operacionais (4)	(680.056)	(454.227)	49,7%	(422.671)	60,9%	(1.761.081)	(1.508.740)	16,7%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais (4)	(4.978.201)	(2.999.295)	66,0%	(3.276.008)	52,0%	(11.724.328)	(8.743.237)	34,1%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20 | (3) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa | (4) Não considera Custo de Construção e Depreciação e Amortização

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 5,0 bilhões no 3T21, um aumento de R\$ 2,0 bilhões em comparação com o 3T20. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis (Parcela A), de R\$ 1,8 bilhão: Os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 4,3 bilhões no 3T21, um aumento de 68,9% em comparação ao 3T20 (R\$ 2,5 bilhões), justificado principalmente pelo aumento no risco hidrológico e pelo aumento de 86,3% na energia elétrica comprada para revenda no 3T21 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Aumento no grupo de despesas operacionais (custos gerenciáveis), de R\$ 225,8 milhões no 3T21 em comparação ao 3T20, excluindo custo de construção e depreciação e amortização. Esse aumento deve-se, principalmente ao:

- Aumento de R\$ 171,3 milhões relacionado à Provisão Esperada de Crédito de Liquidação Duvidosa ("PECLD"), explicado pela (i) crise econômica, com deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da pandemia e aumento da conta de energia, (ii) proibição de corte de energia do cliente baixa renda, (iii) aumento da taxa de juros SELIC e, (iv) aumento do custo de energia;
- Aumento de R\$ 90,8 milhões com serviços de terceiros, em função dos gastos com manutenção preventiva e corretiva, terceirização dos leituristas além de despesas relacionadas ao combate às perdas e à inadimplência.
- Aumento de R\$ 37,6 milhões na rubrica de outras despesas operacionais, devido a venda de 2 matrículas do terreno de Miguel Yunes.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Redução de R\$ 58,4 milhões relacionadas à despesa com Pessoal, como reflexo da estratégia da Companhia na digitalização e eficientização dos processos e maior capitalização de mão de obra própria;

No acumulado do ano, os custos do serviço e despesas operacionais, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 11,7 bilhões nos 9M21, um aumento de R\$ 3,0 bilhões em comparação com os 9M20. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

- Aumento dos custos não-gerenciáveis em R\$ 2,7 bilhões que totalizaram R\$ 9,9 bilhões, resultado 37,7% superior ao registrado nos 9M20.
- Aumento dos custos gerenciáveis em R\$ 252,3 milhões que totalizaram R\$ 1,8 bilhão, resultado 16,7% superior ao registrado no 9M20.

EBITDA

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	353.597	159.361	>100,0%	210.206	68,2%	700.340	255.955	>100,0%
(+) Tributos sobre o Lucro	189.353	98.650	91,9%	108.656	74,3%	369.997	152.935	>100,0%
(+) Resultado Financeiro	183.702	163.891	12,1%	192.325	-4,5%	591.064	449.226	31,6%
(=) EBIT	726.652	421.902	72,2%	511.187	42,1%	1.661.401	858.116	93,6%
(+) Depreciações e Amortizações	163.641	176.407	-7,2%	161.370	1,4%	486.708	508.971	-4,4%
(=) EBITDA	890.293	598.309	48,8%	672.557	32,4%	2.148.109	1.367.087	57,1%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Renda de Aplicações Financeiras	7.022	4.250	65,2%	4.403	59,5%	14.688	18.679	-21,4%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	22.208	34.224	-35,1%	45.797	-51,5%	118.878	81.888	45,2%
Subvenções governamentais	622	803	-22,5%	661	-5,9%	1.962	2.515	-21,2%
Atualização de Créditos Tributários	1.276	624	>100,0%	186	>100,0%	1.548	1.102	40,5%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	9.305	4.573	>100,0%	5.519	68,6%	19.506	18.460	5,7%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	17.399	590	>100,0%	16.648	4,5%	35.714	22.744	57,0%
Atualização Monetária Swap - Debêntures	83.322	11.371	>100,0%	39.095	>100,0%	197.709	15.612	>100,0%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	-	55	-100,0%	120	-100,0%	338	4.618	-92,7%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	5.781	2.183	>100,0%	9.456	-38,9%	21.647	8.388	>100,0%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(1.777)	(2.078)	-14,5%	(3.149)	-43,6%	(8.005)	(6.214)	28,8%
Total - Receitas Financeiras	145.158	56.595	>100,0%	118.736	22,3%	404.005	167.792	>100,0%
Despesas Financeiras								
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(64.654)	(33.345)	93,9%	(49.377)	30,9%	-	-	n.a
Variação monetária - Debêntures	(77.454)	(9.612)	>100,0%	(87.033)	-11,0%	(298.489)	(17.537)	>100,0%
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira	(15.965)	(9.557)	67,1%	(6.818)	>100,0%	(25.083)	(9.557)	>100,0%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(3.637)	(5.502)	-33,9%	(4.221)	-13,8%	(12.207)	(16.126)	-24,3%
Subvenções governamentais	(621)	(802)	-22,6%	(662)	-6,2%	(1.962)	(2.514)	-21,2%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(2.444)	(5.301)	-53,9%	(2.957)	-17,3%	(7.608)	(12.054)	-36,9%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	7.816	716	>100,0%	4.716	65,7%	13.604	2.591	>100,0%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(9.123)	(8.139)	12,1%	(7.538)	21,0%	(24.480)	(24.004)	2,0%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(13.971)	(26.885)	-48,0%	(16.379)	-14,7%	(52.244)	(45.350)	15,2%
Atualização Acordo Eletrobras	(10.577)	(8.030)	31,7%	(9.989)	5,9%	(28.229)	(38.164)	-26,0%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(117.184)	(103.309)	13,4%	(117.182)	0,0%	(351.548)	(309.918)	13,4%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(3.405)	(1.091)	>100,0%	(1.079)	>100,0%	(5.545)	(3.267)	69,7%
Outras Despesas Financeiras	(17.201)	(10.421)	65,1%	(13.834)	24,3%	(45.810)	(21.193)	>100,0%
Total - Despesas Financeiras	(328.420)	(221.278)	48,4%	(312.353)	5,1%	(995.602)	(613.770)	62,2%
Variações Cambiais	(440)	792	<-100,0%	1.292	-134,1%	533	(3.248)	<-100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(183.702)	(163.891)	12,1%	(192.325)	-4,5%	(591.064)	(449.226)	31,6%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20

Comentário do Desempenho

A Companhia registrou no 3T21 um resultado financeiro negativo de R\$ 183,7 milhões, montante R\$ 19,8 milhões superior ao resultado financeiro negativo de R\$ 163,9 milhões reconhecido no 3T20.

As principais variações observadas nas rubricas de despesas financeiras no 3T21 foram os aumentos de R\$ 30,9 milhões em Encargos de dívidas – Empréstimos, Debêntures e Mútuos devido ao aumento no número de empréstimos contraídos no 3T21 e R\$ 13,9 milhões nos Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão.

Esse efeito foi parcialmente compensado pela seguinte variação na Receita Financeira: aumento de R\$ 16,8 milhões na linha de Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial, em relação ao mesmo período do ano de 2020.

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(75.314)	(9.977)	>100,0%	(25.054)	>100,0%	(108.327)	(9.977)	>100,0%
Contribuição Social Diferida	(30.187)	(23.472)	28,6%	(22.129)	36,4%	(69.266)	(37.842)	83,0%
Imposto de Renda Diferido	(83.852)	(65.201)	28,6%	(61.473)	36,4%	(192.404)	(105.116)	83,0%
Total	(189.353)	(98.650)	91,9%	(108.656)	74,3%	(369.997)	(152.935)	>100,0%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 | (2) Variação entre 9M21 e 9M20

No 3T21, as despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram R\$ 189,4 milhões, um aumento de R\$ 90,7 milhões em relação ao 3T20, explicado pelo maior lucro tributável apurado no período.

Endividamento

Indicadores de Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	6.202.893	4.466.701	39%	5.962.245	4%	6.202.893	4.466.701	39%
(-) Disponibilidades	(823.522)	(2.312.946)	-64%	(975.291)	-16%	(823.522)	(2.312.946)	-64%
Dívida Líquida	5.379.371	2.153.755	150%	4.986.954	8%	5.379.371	2.153.755	150%
EBITDA (3)	3.483.325	2.163.100	61%	3.191.336	9%	3.483.325	2.163.100	61%
Dívida Bruta/EBITDA	1,78	2,06	-13,76%	1,87	-4,68%	1,78	2,06	-13,76%
Dívida Líquida/EBITDA	1,54	1,00	55,10%	1,56	-1,17%	1,54	1,00	55,10%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,64	0,59	9,08%	0,66	-2,28%	0,64	0,59	9,08%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,61	0,41	48,92%	0,62	-1,15%	0,61	0,41	48,92%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20; (3) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta³ da Companhia encerrou o 3T21 em R\$ 6.203 milhões, um aumento de R\$ 1.736 milhões em relação ao 3T20. Essa variação deve-se principalmente às novas captações no montante de R\$ 4.117 milhões, sendo R\$ 948 milhões referente à dívida financeira junto a Fundação CESP (Vivest) oriunda do processo de migração para plano de Contribuição Definida realizado em dezembro de 2020, R\$ 2.449 milhões referentes à empréstimos na modalidade de 4131 para capital de giro e R\$ 720 milhões referentes a emissão da 25ª emissão de debêntures, somados às provisões de encargos e variação monetária no período no montante de R\$ 275 milhões, parcialmente compensadas por liquidações de dívidas no valor total de R\$ 2.746 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 107 milhões e registrou custos de transação das operações vigentes, líquido das apropriações do período, no montante de (R\$ 16) milhões.

Em relação às liquidações realizadas no ano de 2021, destacam-se o encerramento do contrato da Fundação CESP (Vivest), no montante de R\$ 1.028 milhões em maio, as liquidações de operações na modalidade de 4131 com SWAP com os bancos Tokio, Scotiabank e BNP realizadas em março e abril no montante de R\$ 880 milhões e a liquidação da 1ª série da 23ª emissão de debêntures no montante de R\$ 704 milhões realizada em setembro. Adicionalmente, a companhia liquidou juros da 23ª e 24ª emissão de debêntures realizados nos meses de março, maio e setembro no montante de R\$ 86 milhões.

As disponibilidades fecharam o 3T21 em R\$ 824 milhões, ante R\$ 2.313 milhões no 3T20, uma redução de R\$ 1.489 milhões devido principalmente ao aumento do custo de energia, efeito de maior risco hidrológico. Dessa

³ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

² Valores não auditados pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

forma, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 5.379 milhões no 3T21, um aumento de R\$ 3.225 milhões em relação ao saldo de R\$ 2.154 milhões do 3T20.

A Companhia encerrou o 3T21 com o custo médio da dívida no ano em 6,62% a.a., ou CDI + 3,11% a.a e prazo médio de pagamento de 3,5 anos, considerando o custo da operação com Fundação CESP. Desconsiderando o custo da dívida com a Fundação CESP, liquidada em maio, o custo médio da dívida da Companhia reduz para 4,09% a.a., ou CDI + 0,67% a.a.

Colchão de Liquidez⁴

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 80 milhões.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos N° 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000 milhões e N° 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões, totalizando um montante de R\$ 2.500 milhões.

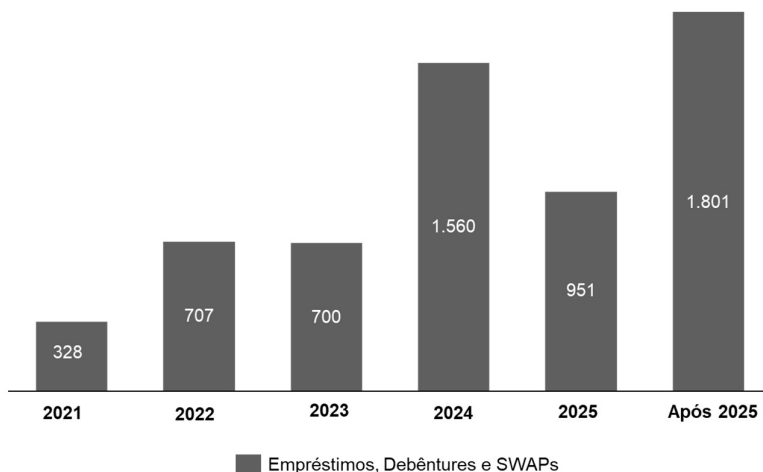
Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao 3T21, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 30 de setembro de 2021. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas debêntures de emissão da companhia (23ª, 24ª e 25ª emissão).

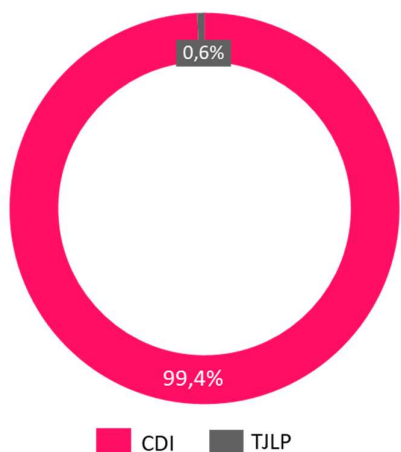
INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)	
	3T21
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	6.202.893
Fundo de Pensão	(404.402)
(-) Disponibilidades	(823.522)
Dívida Líquida	4.974.969
EBITDA (1) (12 meses)	3.483.325
(+)PDD	391.378
(+)Contingências	52.629
(+)Despesas com Funcesp (últimos 12 meses)	(462.929)
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	16.851
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª Emissão	3.481.254
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	(36.042)
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(16.851)
EBITDA (12 meses) - Ajustado 23ª Emissão	3.428.361
<small>(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).</small>	
Covenant Financeiro	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª e 25ª Debênture	1,43
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	1,45

Comentário do Desempenho

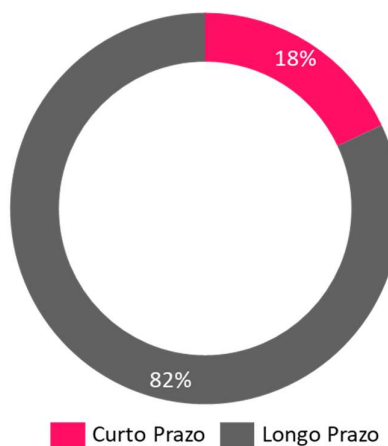
Cronograma de Amortização (R\$ milhões)⁵



Abertura da Dívida Bruta – Indexadores⁶



Abertura da Dívida Bruta – Curto/Longo Prazo⁷



Classificação de Riscos (Rating)⁸

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

⁵ Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.

⁶ Não considera previdência.

⁷ Não considera previdência.

⁸ Quadro considera ratings válidos em 30 de setembro de 2021

Comentário do Desempenho

Rating da Companhia⁸

Escala	Ratings	Nacional	Perspectiva
	Fitch	AAA	Estável
	Moody's	Aaa	Estável

Últimas atualizações: Fitch Set/2021 – Moody's Set/2020

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Manutenção	196.276	108.377	81,1%	180.111	9,0%	510.106	317.836	60,5%
Crescimento	139.674	103.347	35,2%	112.374	24,3%	322.109	244.426	31,8%
Novas Conexões	66.487	45.666	45,6%	61.180	8,7%	171.616	128.102	34,0%
Financiado pela Companhia	402.436	257.390	56,4%	353.665	13,8%	1.003.830	690.365	45,4%
Financiado pelo Cliente	13.705	14.669	-6,6%	10.726	27,8%	29.743	25.764	15,4%
Total	416.141	272.059	53,0%	364.391	14,2%	1.033.573	716.128	44,3%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

No 3T21, a Companhia investiu R\$ 416,1 milhões, montante 53,0% superior ao registrado no 3T20, alocados, principalmente, em atividades de manutenção e novas conexões. Do total investido, R\$ 402,4 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 13,7 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

Para manutenção, foram investidos R\$ 196,3 milhões, 81,1% superior ao investido no 3T20 (R\$ 108,4 milhões). Na parte de crescimento foram investimentos 139,7 milhões, 35,2% superior ao investido no 3T20 (R\$ 103,3 milhões), nas novas conexões foram investidos R\$ 66,5 milhões, 45,6% superior ao investido no 3T20 (R\$ 45,7 milhões) e para projetos financiados pelos clientes foram investidos R\$ 13,7 milhões, 6,6% abaixo do valor investido no 3T20 (R\$ 14,7 milhões).

5

OUTROS TEMAS

Reajuste Tarifário Anual 2021

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 29 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2021.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +9,60% composto por reajuste econômico de +11,41% e componente financeiro de -1,81%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +9,44%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	3,68%
Energia Comprada	0,92%
Encargos de Transmissão	-2,26%
Parcela A	2,34%
Parcela B	9,07%
Reajuste Econômico	11,41%
CVA Total	8,14%
Mecanismos de mitigação tarifária	-10,63%

Comentário do Desempenho

Reversão Conta Covid	-0,59%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,27%
Reajuste Financeiro	-1,81%
Reajuste Total	9,60%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-0,17%
Efeito para o consumidor	9,44%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 3,11%, representando 2,34% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 3.640 milhões. Um aumento de 20,48%, representando 3,68% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 42,38% do encargo com a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE;
- Energia Comprada: R\$ 7.674 milhões. O aumento de 2,07% decorre principalmente do aumento dos custos de Itaipu e dos contratos por disponibilidade de energia nova. O aumento do custo de compra de energia representa 0,92% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 1.767 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de -17,7%, correspondendo a um efeito de -2,26% no reajuste econômico. Destaca-se o reflexo do reperfilamento da remuneração dos ativos não depreciados referente a Rede Básica de Sistema Existente (RBSE) nas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão e as novas Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de transmissão.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 36,91%, representando uma participação de 9,07% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 36,65%, no período de 12 meses findos em junho de 2021; e
- Fator X de -0,25 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, previamente definido na 5ª Revisão Tarifária Periódica ("5RTP") para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 1,05%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,07%, previamente definido na 5RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ (304,59) milhões, dentre os quais destacamos R\$ 1.369 milhões referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), Neutralidade de Encargos Setoriais e da Parcela A de R\$ 18,80 milhões, Sobrecontratação de R\$ 114,11 milhões e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 832,64 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Covid de R\$ (98,75) milhões, um adiantamento de devolução do crédito tributário de alteração da base de cálculo do PIS/COFINS de R\$ 1,1 bilhão e um diferimento da Parcela B no total de R\$ 280 milhões.

O reajuste tarifário médio de +9,44% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Comentário do Desempenho

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	3,67%
Baixa Tensão	11,38%
Efeito Médio	9,44%

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 18,74/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 39,71/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 94,92/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e no 1º semestre de 2020, foram reflexo das condições hidrológicas da época.

Vale destacar que em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020.

Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

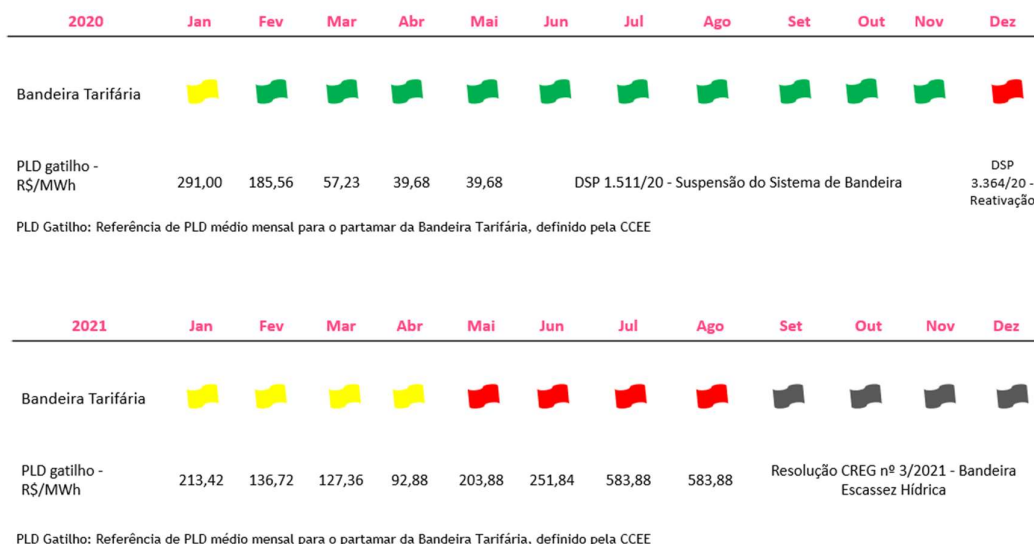
O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 2021 a março de 2021. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 2021 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 à abril de 2022. Durante este período, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras acionadas em 2020 e em 2021 são apresentadas conforme quadros abaixo:

Comentário do Desempenho



Conta Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Para a Enel SP, o referido empréstimo é positivo, pois garante liquidez para o setor e alivia o impacto tarifário de 2020, pois os efeitos serão diluídos em 60 meses.

Em 19 de agosto, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição, com prazo de contribuição até 05/10.

Em 16 de dezembro, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01 de fevereiro de 2021. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica.

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a ENEL SP tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

Comentário do Desempenho

Programa de Redução Voluntária de Consumo Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Por meio da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) do Ministério de Minas e Energia, instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional.

Trata-se de programa de bônus criado pelo Governo Federal, com o propósito de incentivar os consumidores a reduzirem o seu consumo de energia em meio a atual escassez hídrica vivenciada no país. Com o bônus, além da redução do consumo em si, o consumidor receberá um desconto na conta de luz, caso consiga atingir a meta estipulada de redução de consumo. Assim, além de ajudar o país a enfrentar a escassez hídrica, ao receber o bônus o consumidor tem uma economia maior com o gasto de energia.

Os consumidores aptos a participar do programa e receber o bônus são os da baixa tensão (grupo B) e os de média e alta tensão (grupo A), apenas das classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). Os consumidores com sistema de geração distribuída (geradores e beneficiários), os consumidores especiais e livres (que adquirem energia elétrica no ambiente de contratação livre) e aqueles que não possuam histórico de consumos medidos que permita a aferição da redução, não estão aptos a participar e receber o bônus.

Para participar do Programa, o consumidor não precisa fazer cadastro ou registro na distribuidora de energia elétrica. O consumidor não está obrigado a reduzir seu consumo, sendo o programa de incentivo totalmente voluntário. Para ter direito ao bônus, o consumidor precisará reduzir o consumo de energia elétrica nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos de energia elétrica no período seja ao menos 10% menor, em relação à soma verificada no mesmo período de 2020.

Para que os consumidores consigam acompanhar seu desempenho para ganhar o bônus, as distribuidoras de energia elétrica deverão informar a seus clientes qual é a meta de redução, com base no consumo de setembro a dezembro de 2020. Adicionalmente, também deverá ser informado aos consumidores as apurações parciais de redução, de forma clara e objetiva.

Caso seja atingida a meta de redução, o consumidor receberá um bônus de R\$ 0,50 por quilowatt-hora (kWh) do total da energia economizada entre setembro e dezembro de 2021 em relação ao mesmo período de 2020.

O consumidor somente receberá o bônus se a soma dos consumos de energia elétrica de setembro a dezembro de 2021 for inferior à soma dos mesmos meses de 2020, em pelo menos 10%. O bônus, por sua vez, é limitado a 20% da energia economizada, assim, se o consumidor economizar 30%, por exemplo, receberá o bônus limitado aos 20% economizados.

O bônus apurado será informado nas faturas de energia elétrica referente ao mês de dezembro de 2021 e creditado como abatimento do valor a pagar na fatura de energia elétrica subsequente (ciclo de janeiro de 2022).

Notas Explicativas

Formulário de Informações Trimestrais 30 de setembro de 2021

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Enel Distribuição São Paulo

Notas Explicativas

ÍNDICE

Comentário de desempenho	3
Relatório dos auditores sobre as informações financeiras intermediárias	4
Informações financeiras intermediárias	
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações dos resultados	15
Demonstrações dos resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	20
Declaração dos Diretores	99

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.09.2021	31.12.2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	820.751	2.095.811
Títulos e valores mobiliários	4	2.771	38.940
Consumidores, revendedores e outros	5	3.373.226	2.621.373
Instrumentos financeiros derivativos	31	2.173	23.718
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	79.997	53.496
Outros tributos compensáveis	8	955.433	917.394
Contas a receber - acordos	6	449.042	516.877
Ativo Financeiro Setorial	11	1.771.059	906.507
Subvenção CDE - desconto tarifário		67.504	61.017
Outros créditos		250.580	195.173
Almoxarifado		11.055	29.481
Serviços em curso		315.945	241.631
Despesas pagas antecipadamente		61.384	44.042
Total do ativo circulante		8.160.920	7.745.460
Ativo não circulante			
Consumidores, revendedores e outros	5	23.909	23.899
Ativo Financeiro Setorial	11	1.403.066	680.881
Instrumentos financeiros derivativos	31	97.168	95.656
Outros tributos compensáveis	8	5.934.504	6.177.141
Tributos diferidos	9	3.911.698	4.664.880
Depósitos vinculados	17	852.148	802.277
Contas a receber - acordos	6	16.355	12.155
Outros créditos		62.343	80.429
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10	848.114	545.741
Ativo financeiro da concessão	10	5.973.500	5.247.418
Investimento		34.936	41.250
Imobilizado arrendado	15	133.614	178.965
Intangível	10.3	3.801.872	3.959.599
Total do ativo não circulante		23.093.227	22.510.291
Total do ativo		31.254.147	30.255.751

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.09.2021	31.12.2020
Passivo Circulante			
Fornecedores	12	3.162.031	2.505.707
Empréstimos e financiamentos	14	339.337	1.238.230
Debêntures	14	741.164	722.624
Obrigações por arrendamentos	15	41.249	56.034
Subvenções governamentais		1.967	2.555
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.851	-
Outros tributos a pagar	13	659.343	516.114
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		478.657	60.834
Salários, provisões e encargos sociais		117.994	117.246
Encargos setoriais	18	510.735	445.232
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	4.808	8.735
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	367.446	355.807
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	166.062	168.916
Reserva de reversão		7.342	7.342
Instrumentos financeiros derivativos	31	36.589	3.000
Outras obrigações		402.634	359.719
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	809.920	781.381
Passivo Financeiro Setorial	11	1.092.265	1.032.194
Total do passivo circulante		8.942.394	8.381.670
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	2.137.179	613.482
Debêntures	14	2.984.111	2.994.051
Obrigações por arrendamentos	15	116.445	153.940
Subvenções governamentais		1.266	2.660
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	5.002.165	6.688.417
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	356.311	700.833
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	814.541	762.056
Encargos setoriais	18	83.146	27.561
Reserva de reversão		31.206	36.714
Instrumentos financeiros derivativos	31	63.854	-
Outras obrigações		93.843	133.883
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	6.742.938	6.529.143
Passivo Financeiro Setorial	11	462.228	532.303
Total do passivo não circulante		18.889.233	19.175.043
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	21.3	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	21.5	(2.873.861)	(3.776.643)
Reservas de lucros:			
Reserva legal		196.766	196.766
Reserva especial para reforço de capital de giro		-	171.137
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	759.823
Lucros acumulados		751.660	-
Total do patrimônio líquido		3.422.520	2.699.038
Total do passivo e do Patrimônio líquido		31.254.147	30.255.751

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

		01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
	Notas				
Receita líquida	23	6.257.672	14.901.314	3.861.613	10.861.003
Custo do serviço	24	(5.168.480)	(12.577.878)	(3.289.355)	(9.423.375)
Lucro bruto		1.089.192	2.323.436	572.258	1.437.628
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(262.199)	(416.830)	(90.866)	(334.972)
Despesas gerais e administrativas	24	(142.024)	(368.383)	(113.799)	(368.773)
Outras receitas e despesas operacionais	24	41.683	123.178	54.309	124.233
Total (despesas) receitas operacionais		(362.540)	(662.035)	(150.356)	(579.512)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		726.652	1.661.401	421.902	858.116
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	145.158	404.005	56.595	167.792
Despesas financeiras	27	(328.420)	(995.602)	(221.278)	(613.770)
Variações cambiais, líquidas	27	(440)	533	792	(3.248)
Total do resultado financeiro		(183.702)	(591.064)	(163.891)	(449.226)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		542.950	1.070.337	258.011	408.890
Imposto de renda e contribuição social					
Contribuição social	28	(20.316)	(29.282)	(2.767)	(2.767)
Imposto de renda	28	(54.998)	(79.045)	(7.210)	(7.210)
Contribuição social diferida	9.4/28	(30.187)	(69.266)	(23.472)	(37.842)
Imposto de renda diferido	9.4/28	(83.852)	(192.404)	(65.201)	(105.116)
Total dos tributos sobre o lucro		(189.353)	(369.997)	(98.650)	(152.935)
Lucro líquido do período		353.597	700.340	159.361	255.955
Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária	22.1	1,79067	3,54662	0,80703	1,29619

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Lucro líquido do período	353.597	700.340	159.361	255.955
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada	-	1.436.450	(823.152)	(596.895)
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)	-	10.548	30.787	35.045
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	-	(491.980)	269.404	191.029
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(15.575)	(1.386)	(4.442)	1.352
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	5.295	470	1.510	(460)
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de tributos	343.317	1.654.442	(366.532)	(113.974)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Opções de ações outorgadas	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.079.525	-	2.267.883	547	(2.217.271)	196.766	171.137	470.629	-	3.969.216
Resultado abrangente total:										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	255.955	255.955
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	-	561.850	-	-	-	-	561.850
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação	-	-	-	-	191.029	-	-	-	-	191.029
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	1.352	-	-	-	-	1.352
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	460	-	-	-	-	460
Transações com os acionistas:										
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	470.629	-	470.629
Mutações internas do patrimônio líquido:										
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	79.931	-	-	-	79.931	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	27.177	-	-	-	27.177	-
Saldo em 30 de setembro de 2020	3.079.525	-	2.267.883	547	(2.639.954)	196.766	171.137	-	308.709	3.384.613
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.079.525	-	2.267.883	547	(3.776.643)	196.766	171.137	759.823	-	2.699.038
Resultado abrangente total:										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	700.340	700.340
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	-	1.446.998	-	-	-	-	1.446.998
IRPJ CSLL sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(491.980)	-	-	-	-	(491.980)
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(1.386)	-	-	-	-	(1.386)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de	-	-	-	-	470	-	-	-	-	470
Transações com os acionistas:										
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(171.137)	-	-	(171.137)
Mutações internas do patrimônio líquido:										
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(759.823)	-	(759.823)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(77.758)	-	-	-	77.758	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	26.438	-	-	-	(26.438)	-
Saldo em 30 de setembro de 2021	3.079.525	-	2.267.883	547	(2.873.861)	196.766	-	-	751.660	3.422.520

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	700.340	255.955
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	519.063	512.289
Variações monetárias	(15.569)	37.354
Variações cambiais - instrumento derivativo	(68.979)	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(368.888)	(64.971)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	417.604	336.607
Provisões para processos judiciais e outros riscos	135.034	87.105
Atualização Acordo Eletrobras	28.229	38.164
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	264.665	231.491
Juros sobre obrigações de arrendamento	12.207	16.126
Juros sobre operação com instrumento derivativo	23.213	(98.313)
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	143.379	-
Benefícios pós-emprego	356.866	335.299
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(642)	(1.777)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	54.079	30.669
Tributos e contribuições sociais diferidos	261.672	142.958
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(1.060.010)	(144.109)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	615	(21.754)
Outros tributos compensáveis	204.598	(2.151.123)
Almoxarifado	18.426	(18.350)
Serviços em curso	(74.314)	(14.853)
Contas a receber - acordos	(46.919)	(338.767)
Despesas pagas antecipadamente	(17.342)	(15.853)
Outros créditos	(67.596)	(158.393)
Ativo financeiro setorial	(1.586.737)	741.483
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	553.717	(225.803)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.851	9.978
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	242.334	2.316.352
Outros tributos a pagar	143.229	70.696
Obrigações sociais e trabalhistas	748	(13.297)
Encargos setoriais	127.132	8.832
Passivo financeiro setorial	(10.004)	26.759
Outras obrigações	(2.638)	413.116
	890.363	2.343.870
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(102.502)	(125.572)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(12.207)	(15.577)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(1.884)	(8.013)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(25.006)	(4.905)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(570.001)	(451.397)
Pagamento de processos judiciais e outros	(145.650)	(121.407)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(361.112)	(351.683)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(416)	(1.332)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	(328.415)	1.263.984
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(1.019.996)	(713.515)
Consumidores participação financeira	90.246	49.927
Aplicações em investimento de curto prazo	(34.265)	(79.394)
Enel Sudeste - Incorporação - Ágio	-	48.736
Resgates de investimento de curto prazo	70.878	(57.213)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(68.322)	6.562
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	23.831	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(937.628)	(744.897)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	3.169.000	859.997
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(2.701.583)	(226.986)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(28.204)	-
Amortizações de operação com instrumento derivativo	108.147	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	(43.240)	(58.161)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(513.137)	(100.000)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos	(9.017)	474.850
Variação no caixa líquido da Companhia	(1.275.060)	993.937
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.095.811	1.280.195
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	820.751	2.274.132

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020
1. Receitas	22.513.856	16.531.467
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	22.930.686	16.866.437
Fornecimento de energia elétrica	8.527.391	7.281.822
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	9.785.722	8.083.766
Outras receitas	3.588.697	750.170
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.028.876	750.679
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(416.830)	(334.970)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(12.645.569)	(9.196.990)
Materiais	(517.207)	(452.569)
Outros custos operacionais	(93.442)	(53.462)
Custo da energia comprada e transmissão	(10.929.149)	(7.933.664)
Serviços de terceiros	(1.105.771)	(757.295)
3. Valor adicionado bruto	9.868.287	7.334.477
4. Retenções	(519.062)	(512.289)
Depreciação e amortização	(519.062)	(512.289)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	9.349.225	6.822.188
6. Valor adicionado recebido em transferência	404.005	167.792
Receitas financeiras	404.005	167.792
7. Valor adicionado total a distribuir	9.753.230	6.989.980
8. Distribuição do valor adicionado	9.753.230	6.989.980
Empregados (Colaboradores)	549.552	559.208
Salários e encargos	397.785	318.350
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	6.850	54.248
Benefícios	121.606	157.954
FGTS	23.311	28.656
Tributos (Governo)	7.495.991	5.541.763
Federais	989.505	729.256
Imposto de renda e contribuição social	369.999	152.935
COFINS	446.533	409.260
PIS	96.873	88.758
INSS	50.552	53.445
Encargos sociais - Outros	25.548	24.858
Estaduais	3.280.245	2.880.924
ICMS	3.272.961	2.874.997
Outros	7.284	5.927
Municipais	30.654	33.852
ISS	110	132
IPTU	30.492	33.670
Outros	52	50
Encargos setoriais	3.195.587	1.897.731
CDE - Conta de desenvolvimento energético	1.820.069	1.679.668
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	134.045	99.842
Encargos do consumidor - PROINFA	76.845	67.752
Encargos do consumidor - CCRBT	1.147.584	36.017
Taxa de fiscalização - ANEEL	17.044	14.452
Remuneração de capitais de terceiros	1.007.347	633.054
Juros	995.396	615.551
Aluguéis	11.951	17.503
Remuneração de capitais próprios	700.340	255.955
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(51.320)	(52.754)
Lucros retidos	751.660	308.709

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Enel Distribuição São Paulo", ou "Companhia") é uma sociedade anônima com registro de Companhia aberta Categoria "B", controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil adota o trabalho remoto há alguns anos e conforme a pandemia por COVID-19 persiste, o trabalho remoto é intensificado. A Companhia decidiu estender o trabalho remoto até que a pandemia termine.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo; apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19 serão mantidas.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

1.2. Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

1.3. Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia observou uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, substancialmente explicado pela crise financeira, deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da persistência da pandemia da COVID-19.

O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais) até 30 de setembro de 2021.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte para as classes de consumo cuja a resolução normativa nº 928 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936) não impedia e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, utilização de cartões de crédito como opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

1.4. Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos sejam honrados até Dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à COVID-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação será concedida na fatura de janeiro de 2022 e os custos serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, sem prejuízo financeiro para a companhia. A Companhia está identificando as unidades consumidoras elegíveis e verificando seus respectivos ciclos de faturamento para atendimento à resolução e ao Ofício Circular nº 4/2021 da ANEEL, bem como o tratamento contábil dessa operação.

1.5. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da Conta-Covid.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir do respectivo processo tarifário de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. No caso da Companhia, o encargo anual é do valor de R\$ 556.620, definido por meio do Despacho nº 939/2021. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

1.6. Perspectiva econômico-financeiro

A Companhia entende não ser possível projetar o fim da pandemia da COVID-19 e o prazo em que seus efeitos serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o aumento dos índices de vacinação e a autorização do retorno gradual de certas atividades pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras

Em 26 de outubro de 2021, a Diretoria Executiva autorizou a emissão das presentes informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 de acordo com o CPC 21 R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR, e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente essas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, emitidas em 23 de fevereiro de 2021, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

3.1 Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional de contabilidade IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores, através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. O International Accounting Standards Board (IASB) previa a concessão do aluguel até junho de 2021, porém, devido ao agravamento da pandemia de Covid-19, decidiu-se prorrogar o prazo para junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

3.2 Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento,

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

A segunda fase da Reforma do Referencial de Taxa de Juros foi publicada pelo IASB, finalizando sua resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações visam auxiliar as entidades a fornecerem aos investidores informações úteis sobre os efeitos da reforma em suas demonstrações financeiras.

As principais alterações nesta fase final podem ser resumidas da seguinte forma:

3.2.1 Mudanças nos fluxos de caixa contratuais:

Como expediente prático, a entidade deve aplicar o parágrafo B5.4.5 do CPC 48 para considerar essa mudança e atualizar a taxa de juros efetiva do ativo ou passivo financeiro. Para fins deste expediente prático, uma mudança é resultante da reforma se:

- necessária em consequência direta da reforma; e,
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base imediatamente anterior.

Se houver outras mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais, a entidade deve aplicar primeiro o expediente prático e depois os outros requerimentos do CPC 48.

3.2.2 Requisitos de *hedge accounting*

Quando a entidade deixar de aplicar as alterações introduzidas pela fase 1 do projeto para uma relação de hedge, ela deverá aplicar as seguintes exceções à respectiva relação de hedge:

- a entidade deve atualizar a designação formal da relação de hedge para refletir as mudanças da reforma. Essa alteração precisa ser feita ao final do período do reporte e não resulta na descontinuidade da contabilização de hedge ou na designação de uma nova relação de hedge;
- quando um item protegido de um hedge de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças da reforma, o valor acumulado na reserva de hedge
- de fluxo de caixa deve ser baseado na taxa de referência alternativa pela qual os fluxos de caixa futuros protegidos são determinados. Uma exceção similar é concedida para uma relação de hedge de fluxo de caixa cuja contabilização de hedge foi descontinuada;
- quando um grupo de itens é designado como item protegido e um item deste grupo é alterado para refletir as mudanças da reforma, a entidade deve separar os itens protegidos em subgrupos com base na taxa de referência que está sendo protegida, e designar a taxa de referência para cada subgrupo como risco protegido. A entidade deve avaliar cada subgrupo separadamente para determinar se o subgrupo é elegível para ser um item protegido. Se um subgrupo não for elegível para ser um item protegido, a contabilização de hedge deve ser descontinuada prospectivamente em sua totalidade.
- se uma entidade possui expectativa razoável de que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável em um período de 24 meses, a entidade pode designar a referida taxa como um componente de risco não especificado contratualmente, mesmo que não seja separadamente identificável na data de designação.
- ao realizar uma avaliação retrospectiva da efetividade do hedge de acordo com o CPC 38, a entidade pode, novamente, determinar as alterações de valor justo acumuladas do item protegido e do instrumento de hedge para zero imediatamente após deixar de aplicar a concessão da fase 1 do projeto. Esta exceção pode ser aplicada individualmente por cada hedge.

3.2.3 Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo a retomada do corte de fornecimento de energia.

Essa avaliação demonstrou que a PECLD deve considerar os efeitos oriundos de tais ações, que foram temporariamente privadas das distribuidoras por forças de lei e diretrizes regulatórias impostas a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 7, e dessa forma, ao atualizar a estimativa de perda futura a Companhia verificou que apesar do atual cenário, é mais provável que parte substancial do saldo vencido de contas a receber seja recuperado no curto prazo, e por este motivo adicionou premissas históricas e de projeções que resultaram em uma menor expectativa de perda futura.

3.2.4 Divulgações

Para permitir que os usuários das demonstrações financeiras entendam os efeitos da reforma sobre os instrumentos financeiros e na estratégia de gestão de riscos da entidade, as divulgações adicionais podem ser necessárias:

- como a entidade gerencia a transição para taxas de referência alternativas, incluindo informações sobre os riscos aos quais está exposta devido à transição e o estágio da transição na data das demonstrações financeiras;
- informações quantitativas sobre instrumentos financeiros indexados por taxas de referência a serem substituídas devido à reforma no final do período de reporte.
- a extensão em que sua estratégia de gestão de riscos foi alterada devido aos riscos identificados na transição.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>	<u>Nota</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Numerário disponível		6.040	25.400
Numerário em trânsito		148.239	106.415
CDB-DI	4.1	666.472	1.963.996
Total		820.751	2.095.811

<u>Investimentos de curto prazo</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
CDB-DI	2.771	38.940
Total	2.771	38.940
Total geral	823.522	2.134.751

- 4.1 Os pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 14) e de dividendos (vide nota explicativa nº 21.5) realizados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 impactaram na redução de equivalentes de caixa.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	30.09.2021
	até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Circulante									
Consumidores - distribuição de energia:									
Residencial	617.581	498.958	66.652	138.681	201.505	816.504	2.339.881	(932.897)	1.406.984
Industrial	61.643	26.462	2.054	4.891	6.701	53.717	155.468	(52.828)	102.640
Comercial	272.197	53.089	4.968	10.198	19.071	81.871	441.394	(94.191)	347.203
Rural	312	168	34	70	10	164	758	(201)	556
Poderes Públicos	51.304	4.954	446	428	2.537	2.082	61.751	(1.718)	60.033
Iluminação pública	4.426	520	112	168	295	15	5.538	(794)	4.744
Serviço público	44.784	-	4	2	115	489	45.395	(248)	45.147
Serviço cobráveis (*)	252	411	143	167	4	6	982	(157)	825
Encargos de uso da rede	3.328	-	-	-	-	113	3.442		3.442
Receita não faturada	1.219.161	-	-	-	-	-	1.219.161	(10.401)	1.208.759
Particip. Financeira - Consumidor	781	191	17	903	307	198	2.397		2.397
Concessionárias e permissionárias:									
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente	118.263	-	-	-	-	-	118.263	-	118.263
Ressarcimento - leilões de energia	72.233	-	-	-	-	-	72.233	-	72.233
Total - Circulante	2.466.266	584.752	74.429	155.509	230.546	955.160	4.466.662	(1.093.435)	3.373.226
Não Circulante									
Consumidores - distribuição de energia:									
Iluminação pública	-	-	-	-	-	24.079	24.079	(170)	23.909
Total - não circulante	-	-	-	-	-	24.079	24.079	(170)	23.909
Total - circulante + não circulante	2.466.266	584.752	74.429	155.509	230.546	979.239	4.490.741	(1.093.606)	3.397.135

	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.12.2020
	até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE									
Consumidores - distribuição de energia:									
Residencial	492.576	398.968	48.309	133.132	143.691	763.587	1.980.264	(810.889)	1.169.374
Industrial	52.728	29.980	2.675	5.290	8.768	63.502	162.943	(51.620)	111.322
Comercial	226.688	62.845	5.876	14.667	24.899	69.259	404.234	(84.871)	319.363
Rural	253	118	31	27	60	127	616	(186)	430
Poderes Públicos	37.452	9.473	374	609	562	1.974	50.443	(762)	49.681
Iluminação pública	3.314	1.017	9	13	15	14	4.384	(27)	4.357
Serviço público	39.716	406	8	3	2	90	40.225	(181)	40.044
Serviço taxado (*)	235	553	48	100	5	6	946	(102)	844
Particip. Financeira - Consumidor	3.942	51	38	63	94	198	4.385		4.385
Fornecimento não faturado	894.754	-	-	-	-	-	894.754	(7.095)	887.659
Concessionárias e permissionárias:									
Encargos de uso da rede	3.679	-	-	10	134	-	3.823	-	3.823
Ressarcimento - leilões de energia	30.090	-	-	-	-	-	30.090	-	30.090
TOTAL - CIRCULANTE	1.755.336	503.411	57.367	153.915	178.231	898.757	3.547.017	(955.733)	2.621.373
NÃO CIRCULANTE									
Consumidores - distribuição de energia:									
Iluminação pública	-	-	-	-	-	24.079	24.079	(180)	23.899
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	-	24.079	24.079	(180)	23.899
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.755.336	503.411	57.367	153.915	178.231	922.836	3.571.096	(955.133)	2.645.272

6. Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.09.2021	31.12.2020
Circulante			
Consumidores		810.263	793.959
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(361.221)	(277.082)
Saldo líquido de PECLD		449.042	516.877
Não circulante			
Consumidores		23.033	15.134
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(6.678)	(2.979)
Saldo líquido de PECLD		16.355	12.155
Total circulante + não circulante		465.397	529.032

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, geradas principalmente em função da deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19.

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 30.09.2021
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	304.635	122.920	405.741	833.296
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(35.628)	(38.769)	(293.502)	(367.899)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	269.007	84.151	112.239	465.397

7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2020	Provisões	Perda	Saldo final 30.09.2021
Consumidores	5	(955.913)	(308.147)	170.454	(1.093.606)
Contas a receber - acordos	6	(280.061)	(110.554)	22.716	(367.899)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(7.470)	2.302	1.423	(3.745)
Outros créditos		(4.464)	(1.205)	-	(5.669)
Total		(1.247.908)	(417.604)	194.593	(1.470.919)
Circulante		(1.244.749)			(1.464.073)
Não circulante		(3.159)			(6.846)
Total		(1.247.908)			(1.470.919)

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2019	Provisões	Perda	Saldo final 30.09.2020
Consumidores	5	(911.380)	(237.059)	127.824	(1.020.615)
Contas a receber - acordos	6	(224.694)	(96.181)	10.252	(310.623)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(3.939)	(614)	562	(3.991)
Outros créditos		(1.543)	(2.753)	-	(4.296)
Total		(1.141.556)	(336.607)	138.638	(1.339.525)
Circulante		(1.139.644)			(1.336.982)
Não circulante		(1.912)			(2.543)
Total		(1.141.556)			(1.339.525)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.09.2021	30.09.2020
(Provisão)	(417.604)	(336.607)
Receita com recuperação de perdas	771	1.637
	(416.833)	(334.970)

Vide maiores explicações sobre PECLD na nota explicativa nº 3.2.3.

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	30.09.2021	31.12.2020
<u>Circulante</u>			
Contribuição social		14.048	12.321
Imposto de renda		46.188	34.317
Imposto de renda retido na fonte		19.761	6.858
Total		79.997	53.496
Outros tributos compensáveis		30.09.2021	31.12.2020
<u>Circulante</u>			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	809.921	781.381
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		96.789	101.178
ICMS - Compra de créditos		9.936	1.500
COFINS		31.265	26.327
PIS		7.438	6.948
INSS		84	60
Total		955.433	917.394
<u>Não circulante</u>			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	5.855.296	6.107.700
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		79.208	69.441
Total		5.934.504	6.177.141
Total		6.889.937	7.094.535

9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	Nota	30.09.2021	31.12.2020
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.2	1.956.445	2.655.884
Benefício fiscal das incorporações	9.3	1.955.253	2.008.996
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		3.911.698	4.664.880

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

Nota	Balanco patrimonial		Resultado		Outros resultados	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para obrigações com benefícios pós-emprego	1.522.156	2.121.758	(111.210)	(48.068)	(488.392)	202.943
Provisões para processos judiciais e outros riscos	297.802	297.500	302	726	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	131.256	80.850	50.406	27.681	-	-
Provisão para materiais e serviços	67.234	34.101	33.133	13.639	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	743.741	807.151	(63.410)	(18.187)	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	20.693	82.773	(62.080)	(62.079)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	47.418	52.687	(5.269)	(5.269)	-	-
Provisão para o fundo de transição	17.746	-	17.746	(554)	-	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)	36.305	37.513	2.379	(8.553)	(3.587)	(11.915)
Arrendamento mercantil CPC 06	7.044	2.594	4.450	674	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	1.804	1.334	-	-	470	(460)
Outros	14.584	27.900	(13.316)	(2.437)	-	-
Total dos tributos diferidos ativos	2.907.783	3.546.161	(146.868)	(102.427)	(491.510)	190.569
Tributos diferidos passivos:						
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	21.5	(357.594)	(384.032)	26.438	27.177	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(523.141)	(397.719)	(125.422)	(22.173)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(46.368)	(43.630)	(2.738)	11.945	-	-
Swap	-	(40.900)	40.900	-	-	-
Outros	(24.235)	(23.996)	(239)	(3.732)	-	-
Total dos tributos diferidos passivos	(951.338)	(890.277)	(61.061)	13.217	-	-
Ativo fiscal diferido, líquido	1.956.445	2.655.884	(207.929)	(89.210)	(491.510)	190.569
Realização do benefício fiscal das incorporações			(53.743)	(53.748)		
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			(261.672)	(142.958)		

9.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019.

A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2021		31.12.2020
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido
AES Elpa			
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295
Amortização acumulada	(212.953)	140.549	(72.404)
Subtotal	302.617	(199.726)	114.323
Brasileira Participações			
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739
Amortização acumulada	(127.241)	83.979	(43.262)
Subtotal	180.817	(119.340)	61.477
Enel Sudeste			
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.759)	1.881.558
Amortização acumulada	(263.154)	172.481	(90.673)
Subtotal	5.887.163	(4.096.278)	1.790.885
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	6.370.597	(4.415.344)	1.955.253

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	30.09.2021	30.09.2020
Saldo inicial	4.664.880	4.327.475
Impacto no resultado do período	(261.672)	(142.958)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(491.510)	190.569
Saldo final	3.911.698	4.375.086

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2021, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

10. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

	Nota	30.09.2021	31.12.2020
Ativo contratual	10.1	848.114	545.741
Ativo financeiro da concessão	10.2	5.973.500	5.247.418
Intangível			
Ativo intangível da concessão	10.3	3.801.872	3.959.599
Total dos contratos de concessão público - privado		10.623.486	9.752.758

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 27) a uma taxa média de 21,23% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 (4,58% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2019		590.439	(123.876)	466.563
Adições		800.606	(49.927)	750.679
Transferências para intangível da concessão	10.3	(217.141)	8.328	(208.813)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(340.636)	18.742	(321.894)
Saldos em 30 de setembro de 2020		833.268	(146.733)	686.535
Saldos em 31 de dezembro de 2020		687.915	(142.174)	545.741
Adições		1.119.122	(90.246)	1.028.876
Transferências para intangível da concessão	10.3	(358.763)	11.461	(347.302)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(410.274)	31.073	(379.201)
Saldos em 30 de setembro de 2021		1.038.000	(189.886)	848.114

10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.09.2021	31.12.2020
Saldo inicial		5.247.418	4.532.124
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	379.201	505.667
Baixas	25	(22.007)	(13.484)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	368.888	223.111
Saldo final		5.973.500	5.247.418

10.3 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativo intangível - custo	8.225.269	8.015.392
Amortização acumulada	(4.423.397)	(4.055.793)
Total do ativo intangível da concessão	3.801.872	3.959.599

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2019		8.701.147	(941.106)	7.760.041	(3.519.535)	4.240.506
Adições		2.946	-	2.946	(501.779)	(498.833)
Baixas		(74.927)	-	(74.927)	53.245	(21.682)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	45.997	45.997
Transferências do ativo contratual	10.1	217.141	(8.328)	208.813	-	208.813
Saldos em 30 de setembro de 2020		8.846.307	(949.434)	7.896.873	(3.922.072)	3.974.801
Saldos em 31 de dezembro de 2020		8.972.766	(957.374)	8.015.392	(4.055.793)	3.959.599
Adições		3.481	-	3.481	(530.482)	(527.001)
Baixas		(140.906)	-	(140.906)	115.148	(25.758)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	47.730	47.730
Transferências do ativo contratual	10.1	358.763	(11.461)	347.302	-	347.302
Saldos em 30 de setembro de 2021		9.194.104	(968.835)	8.225.269	(4.423.397)	3.801.872

11. Ativo e passivo financeiro setorial

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldos em 30.09.2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
										Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais													
CVA Ativa e Passiva	872.776	3.047.222	(312.207)	(1.225.708)	39.991	(401)	2.421.673	1.399.565	1.022.107	1.497.159	1.072.185	(94.262)	(53.410)
Energia Itaipu - custo/Variação cambial	891.362	779.930	-	-	13.700	(1.180.187)	504.805	504.805	-	126.201	378.604	-	-
Progr. Inc. a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(4.770)	27.596	(10.772)	-	855	7.941	20.850	444	20.406	23.321	-	(618)	(1.853)
Transporte de energia pela rede básica	(16.553)	44.640	4.876	-	1.084	-	34.047	31.818	2.229	9.928	24.119	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	14.710	16.164	(2.169)	-	897	-	29.602	7.734	21.868	25.372	4.230	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.515	(3.975)	(55.885)	-	2.695	(8.783)	(29.433)	(64.106)	34.673	39.310	-	(17.186)	(51.557)
Custos de Aquisição de Energia	(185.821)	1.838.584	(213.546)	(969.328)	24.327	1.180.628	1.674.844	742.286	932.558	1.216.889	534.413	(76.458)	-
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	137.333	344.283	(34.711)	(256.380)	(3.567)	-	186.958	176.584	10.373	56.138	130.819	-	-
								-	-	-	-	-	-
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(849.885)	(382.776)	479.994	(28.229)	(21.546)	401	(802.041)	(51.718)	(750.322)	273.900	330.881	(998.003)	(408.818)
Neutralidade da Parcela A	44.619	11.815	(53.102)	-	75	401	3.808	-	3.808	5.423	16.269	(17.884)	-
Sobrecontratação de energia	106.709	31.027	19.657	(28.229)	2.574	-	131.738	(38.733)	170.470	161.003	-	(7.317)	(21.949)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(182.119)	-	54.636	-	-	-	(127.483)	-	(127.483)	-	-	(260.922)	133.439
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(131.769)	(51.749)	-	-	(4.207)	-	(187.725)	(187.725)	-	-	-	-	(187.725)
Risco hidrológico	(681.469)	(580.996)	487.519	-	(7.766)	-	(782.712)	-	(782.712)	-	-	(630.606)	(152.106)
Outros	(5.856)	207.127	(28.716)	-	(12.222)	-	160.333	174.740	(14.405)	107.474	314.612	(81.274)	(180.477)
Total	22.891	2.664.446	167.787	(1.253.937)	18.445	-	1.619.632	1.347.847	271.785	1.771.059	1.403.066	(1.092.265)	(462.228)

11.1 O aumento no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente ao aumento da taxa de câmbio (dólar médio), que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 5,38, enquanto o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 5,15.

11.2 O diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pelo aumento do risco hidrológico, devido a menor geração das usinas hidroelétricas no período, combinado com um aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças)

11.3 O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito no período, ocasionado pelo pior cenário hidrológico e baixo nível de armazenamento, compensado pela restituição do saldo excedente de EER (Encargo de Energia de Reserva) através do CONER (Conta de Energia de Reserva) devido ao aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 31.12.2019	Adições	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Cota- COVID	Saldos em 30.09.2020	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
											Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais														
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA	1.551.242	581.677	(706.679)	(93.500)	24.708	-	(1.242.881)	114.567	296.913	(182.346)	366.196	535.954	(481.093)	(306.490)
Custos de Aquisição de Energia	1.160.833	(336.363)	(740.543)	(90.540)	13.119	793.822	(1.424.660)	(618.338)	(364.995)	(253.343)	85.546	20.638	(436.317)	(287.665)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	455.850	1.005.051	-	-	10.916	-	-	671.935	671.935	-	167.399	503.396	-	-
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFRA	13.945	(37.327)	(10.182)	-	(360)	-	27.524	(7.000)	(606)	(6.394)	1.149	-	(7.695)	(454)
Transporte de energia pela rede básica	32.360	2.926	(34.603)	-	1.534	-	(76.291)	(14.020)	(14.780)	760	1.601	-	(4.539)	(11.085)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	25.644	16.769	(3.023)	-	425	41	(26.139)	7.717	10.796	(3.079)	3.686	8.097	(4.066)	-
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EEER	(383.823)	(237.628)	248.153	(2.960)	(6.762)	(41)	409.471	20.410	(9.716)	30.126	55.575	-	(27.879)	(7.286)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	192.433	168.849	(160.469)	-	5.776	-	(152.786)	53.803	4.219	49.584	50.640	3.163	-	-
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(978.593)	(10.654)	458.011	(16.965)	(1.965)	-	(146.351)	(696.517)	(60.221)	(636.296)	211.966	197.147	(691.660)	(413.970)
Neutralidade da Parcela A	34.761	170.109	(25.424)	-	2.244	-	(99.466)	82.224	(4.929)	87.153	87.153	-	(1.232)	(3.697)
Sobrecontratação de energia	(258.568)	300.433	145.819	(16.965)	(1.532)	-	(21.325)	147.862	262.862	(115.000)	65.716	197.147	(93.007)	(15.394)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(254.967)	-	54.636	-	-	-	-	(200.331)	-	(200.331)	-	-	(72.847)	(127.484)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(64.736)	(45.361)	-	-	(2.000)	-	-	(112.717)	(112.717)	-	-	-	-	(112.717)
Risco hidrológico	(900.361)	(466.544)	345.279	-	(7.813)	-	-	(629.439)	(187.900)	(441.539)	-	-	(488.514)	(140.925)
Outros	65.278	31.329	(62.293)	-	7.136	-	(25.560)	15.884	(17.537)	33.421	59.097	-	(30.060)	(13.153)
Total	572.649	571.023	(248.668)	(110.465)	22.743	-	(1.389.232)	(581.950)	236.692	(818.642)	578.162	733.101	(1.172.753)	(720.460)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 31.1.1.

	Nota	30.09.2021	31.12.2020
Circulante			
Itaipu		459.960	611.031
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		937.079	481.984
Suprimento de energia elétrica		741.265	612.558
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	29.1	3.842	3.563
Energia livre		63.944	62.380
Encargos de uso de rede elétrica		317.539	348.766
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	29.1	1.304	1.209
Total energia		2.524.933	2.121.491
Materiais e serviços		492.196	300.310
Materiais e serviços - partes relacionadas	29.1	144.902	83.906
Total Fornecedores		3.162.031	2.505.707

13. Tributos a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar:

CIRCULANTE

Imposto de renda
Contribuição social
Total

30.09.2021	31.12.2020
2.074	-
777	-
2.851	-

Outros tributos a pagar:

Circulante**Tributos Federais**

PIS
COFINS
INSS
IRRF
Outros
Subtotal - Federais

30.09.2021	31.12.2020
26.460	10.408
122.101	47.942
10.437	9.258
4.457	950
8.555	7.033
172.010	75.591

Tributos Estaduais

ICMS
Subtotal - Estaduais

485.573	439.306
485.573	439.306

Tributos Municipais

ISS
Subtotal - Municipais

1.760	1.217
1.760	1.217

Total - Outros tributos a pagar

659.343	516.114
----------------	----------------

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado, com exceção das debêntures - 24ª emissão (2ª série), 25ª emissão e do empréstimo de 4131 IV com o BNP que são registrados pelo valor justo por meio do resultado - vide nota explicativa nº 31.1.1.

14.1 Os saldos de empréstimos, financiamentos ou debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

		Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos:									
Moeda nacional									
FINEP 2 (i) - c.3	2024	TJLP+5,00	59	12.660	-	12.719	21.892	-	34.611
BNP 4131 IV - a.6	2024	BRL + 8,41% a.a.	6.233	-	-	6.233	281.505	-	287.738
Total - Moeda nacional			6.292	12.660	-	18.952	303.397	-	322.349
Moeda estrangeira									
BNP 4131 I - a.1	2024	USD + 1,71% a.a.	238	-	-	238	238.438	-	238.676
CITIBANK 4131 - a.2	2021	USD + 1,40% a.a.	2.140	310.515	-	312.655	-	-	312.655
BNP 4131 II - a.3	2024	USD + 1,97% a.a.	4.074	-	-	4.074	453.031	-	457.105
SCOTIABANK 4131 II - a.5	2025	USD + 2,31% a.a.	1.860	-	-	1.860	213.626	-	215.486
SCOTIABANK 4131 III - a.7	2026	USD + 2,61% a.a.	742	-	-	742	301.659	-	302.401
MURG 4131 - a.8	2024	USD + 1,95% a.a.	239	-	-	239	209.510	-	209.749
SCOTIABANK 4131 IV - a.9	2025	USD + 2,37% a.a.	577	-	-	577	417.518	-	418.095
Total - Moeda estrangeira			9.870	310.515	-	320.385	1.833.782	-	2.154.167
Total - Empréstimos e financiamentos			16.162	323.175	-	339.337	2.137.179	-	2.476.516
Debêntures:									
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2	2023	112,85% do CDI	4.312	697.974	(1.993)	700.293	697.974	(998)	1.397.269
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - c.1	2025	100% do CDI+1,16	13.828	-	-	13.828	700.000	(7.150)	692.850
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (iii) - c.1	2026	100% do IPCA+5,05%	13.679	-	-	13.679	893.527	(15.254)	878.273
Debêntures - 25ª Emissão - a.4	2031	100% do IPCA+4,26%	13.364	-	-	13.364	743.043	(27.031)	716.012
Total - Debêntures			45.183	697.974	(1.993)	741.164	3.034.544	(50.433)	2.984.111
Total da Dívida			61.345	1.021.149	(1.993)	1.080.501	5.171.723	(50.433)	5.121.290
31.12.2020									
		Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos:									
Moeda nacional									
FINEP 2 (i)	2024	TJLP+5,00	76	12.071	-	12.147	31.468	-	43.615
FUNCESP - Empréstimo financeiro	2028	IPCA +5,22%	-	336.109	-	336.109	582.014	-	918.123
Total - Moeda nacional			76	348.180	-	348.256	613.482	-	961.738
Moeda estrangeira									
Tokio 4131	2021	Dólar + 1,48	789	168.893	-	169.682	-	-	169.682
Scotiabank 4131	2021	Dólar + 1,65	1.121	265.973	-	267.094	-	-	267.094
BNP	2021	Dólar + 2,96	2.704	450.494	-	453.198	-	-	453.198
Total - Moeda estrangeira			4.614	885.360	-	889.974	-	-	889.974
Total - Empréstimos e financiamentos			4.690	1.233.540	-	1.238.230	613.482	-	1.851.712
Debêntures:									
Debêntures - 14ª emissão	2021	CDI+2,62	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	2021	111,02% do CDI	4.282	704.052	(1.039)	707.295	-	-	707.295
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	2023	112,85% do CDI	8.707	-	-	8.707	1.395.948	(4.354)	1.391.594
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	2025	100% do CDI+1,16	2.385	-	-	2.385	700.000	(8.632)	691.368
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (iii)	2026	100% do IPCA+5,05%	4.237	-	-	4.237	928.342	(17.253)	911.089
Total - Debêntures			19.611	704.052	(1.039)	722.624	3.024.290	(30.239)	2.994.051
Total da dívida			24.301	1.937.592	(1.039)	1.960.854	3.637.772	(30.239)	3.607.533

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para o contrato com a FINEP, a Companhia possui 5 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 996.060, com taxas contratuais que variam de 0,50% a 1,34%a.a.

14.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021:

Referência	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	BNP 4131II	R\$ 250.000	março de 2021	Dólar + 1,71% a.a.	Semestral	Bullet	março de 2024	Reforço de capital de giro
a.2	CITIBANK 4131	R\$ 325.000	Abril de 2021	USD + 1,40% a.a.	Bullet	Bullet	outubro de 2021	Reforço de capital de giro
a.3	BNP III 4131	R\$ 475.000	Abril de 2021	USD + 1,97% a.a.	Semestral	Bullet	abril de 2024	Reforço de capital de giro
a.4	DEBÊNTURES - 25ª EMISSÃO	R\$ 720.000	Abril de 2021	IPCA + 4,26%	Semestral	R\$ 245.060 R\$ 245.059 R\$ 240.048	abril de 2023 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
a.5	SCOTIABANK II 4131	R\$ 209.000	Maio de 2021	USD + 2,31% a.a.	Semestral	Bullet	maio de 2025	Reforço de capital de giro
a.6	BNP IV 4131	R\$ 290.000	Junho de 2021	8,41% a.a.	Semestral	Bullet	junho de 2024	Reforço de capital de giro
a.7	SCOTIABANK III 4131	R\$ 300.000	Agosto de 2021	USD + 2,61% a.a.	Semestral	Bullet	agosto de 2026	Reforço de capital de giro
a.8	MUFG 4131	R\$ 200.000	Setembro de 2021	USD + 1,95% a.a.	Semestral	Bullet	setembro de 2024	Reforço de capital de giro
a.9	SCOTIABANK IV 4131	R\$ 400.000	Setembro de 2021	USD + 2,37% a.a.	Semestral	Bullet	setembro de 2025	Reforço de capital de giro

(a.1) Em 5 de março de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 44.014, correspondente ao valor de R\$ 250.000 com desembolso em 9 de março de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,71%a.a. e vencimento final em 11 de março de 2024. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.2) Em 5 de abril de 2021 foi contrato um empréstimo em moeda estrangeira com o Citibank no valor de US\$ 57.319, correspondente ao valor de R\$ 325.000 com desembolso em 06 de abril de 2021, com juros e amortização a serem pagos no final do contrato a uma taxa fixa de 1,40%a.a. e vencimento em 6 de outubro de 2021, cujo valor foi pago na data devida. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de "dólar venda" para CDI + 0,97% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.3) Em 14 de abril de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 83.626, correspondente ao valor de R\$ 475.000 com desembolso em 19 de abril de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,97%a.a. e vencimento final em 19 de abril de 2024. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 0,98% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.4) Em 19 de março de 2021 a Companhia fechou a proposta da 25ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 720.000, com desembolso em 30 de abril de 2021, a uma taxa de IPCA + 4,26% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2031. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 4,26% a.a. para CDI + 0,93% a.a. O swap tem vigência com início em 30 de abril de 2021 e vencimento em 15 de abril de 2031.

(a.5) Em 15 de maio de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$39.433, correspondente ao valor de R\$ 209.000 com desembolso em 17 de maio de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,31%a.a. e vencimento final em 20 de maio de 2025. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,25% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.6) Em 24 de junho de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda interna com o BNP Paribas no valor de R\$ 290.000 com desembolso em 30 de junho de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 8,41%a.a. e vencimento final em 28 de junho de 2024. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "taxa fixa" para CDI + 0,68% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.7) Em 19 de agosto de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$55.684, correspondente ao valor de R\$ 300.000 com desembolso em 27 de agosto de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,61%a.a. e vencimento final em 27 de agosto de 2026. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,63% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.8) Em 02 de setembro de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o MUFG no valor de US\$ 38.674, correspondente ao valor de R\$ 200.000 com desembolso em 09 de setembro de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,95%a.a. e vencimento final em 09 de setembro de 2024. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,28% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.9) Em 02 de setembro de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$ 77.071, correspondente ao valor de R\$ 400.000 com desembolso em 09 de setembro de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,37%a.a. e vencimento final em 09 de setembro de 2025. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,39% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021:

Referência	Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a.	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	TOKIO 4131	R\$ 215.000	março de 2020	Dólar + 1,36% a.a.	Única	R\$ 149.997	março de 2021	Reforço de capital de giro
b.2	SCOTIABANK 4131	R\$ 260.000	março de 2020	Dólar + 1,85% a.a.	Semestral	R\$ 260.000	março de 2021	Reforço de capital de giro
b.3	BNP 4131	R\$ 450.000	Abril de 2020	USD + 2,96% a.a.	Semestral	R\$ 450.000	abril de 2021	Reforço de capital de giro
b.4	FUNCESP	R\$ 918.123	Dezembro de 2020	IGP-DI + 5,22%	Trimestral	Trimestral à partir de março/21	maio de 2021	Saldação parcial do plano de benefícios BD
b.5	23ª EMISSÃO (1ª série)	R\$ 704.052	setembro de 2018	108,25% do CDI	Semestral	R\$ 704.052	setembro de 2021	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.

(b.4) Em 03 de maio de 2021, a Companhia realizou o pré-pagamento total da operação com a FUNCESP com o objetivo de reduzir seu custo financeiro. Essa dívida era indexada ao IGP-DI com spread de 5,22% a.a. A liquidação foi realizada a preço de curva, sem incidência de prêmio ou taxas extras, conforme disposições contratuais.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 30 de setembro de 2021:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	R\$ 350.000 R\$ 350.000	maio de 2024 maio de 2025	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	R\$ 800.000	maio de 2026	
c.2	23ª EMISSÃO - (2ª série)	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	110% do CDI	Semestral	R\$ 697.974 R\$ 697.974	setembro de 2022 setembro de 2023	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.
c.3	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 55.301	agosto de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2019)	abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
	FINEP - 2º Protocolo (3ª liberação)	R\$ 41.448	novembro de 2017	TJLP - 1%	Mensal	Mensal	abril de 2024	

14.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.09.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.103.947	34	2.787.014	50
TJLP	34.611	1	43.539	1
Taxa fixa	287.738	5	-	0
IPCA	1.621.328	26	1.829.212	33
Moeda estrangeira				
Dólar	2.154.167	35	885.360	16
Total	6.201.791	100	5.545.125	100

A Companhia possui operações com derivativo (swap) para troca de indexação de IPCA para CDI, taxa fixa em BRL para CDI e dólar para CDI. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 31.1.1.

14.4 Em 30 de setembro de 2021, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2022	3.295	-	(2.741)	554
2023	13.781	697.974	(10.913)	700.842
2024	1.187.300	350.000	(9.826)	1.527.474
2025	631.144	350.000	(8.434)	972.710
2026	301.659	893.526	(4.873)	1.190.312
2027 em diante	-	743.044	(13.646)	729.398
	2.137.179	3.034.544	(50.433)	5.121.290

14.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2021
	%
CDI (*)	3,40
SELIC (*)	3,40
TJLP (*)	4,59
IPCA (**)	6,90
Dólar (*)	5,44

(*) Índice do último dia do período

(**) Índice acumulado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021

14.6 Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Saldo inicial 31.12.2020	Efeito caixa			Variação monetária	Efeito não caixa					Saldo final 30.09.2021
	Atividade de financiamento		Atividade operacional		Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações	
	Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP	43.615	-	(10.970)	(1.182)	-	1.166	-	-	1.982	34.611
FUNCESP - Empréstimo financeiro	918.123	-	(1.018.416)	(10.102)	67.327	13.022	-	-	30.046	-
Toko Bank	169.682	-	(184.828)	(1.374)	-	489	-	16.031	-	-
SCOTIABANK	267.094	-	(295.018)	(2.461)	-	1.173	-	29.212	-	-
BNP	453.198	-	(488.299)	(7.319)	-	4.326	-	38.094	-	-
BNP II	-	250.000	-	(2.025)	-	2.258	-	(11.557)	-	238.676
CITIBANK 4131	-	325.000	-	-	-	2.053	-	(14.398)	-	312.655
BNP 4131 II	-	475.000	-	-	-	3.898	-	(21.793)	-	457.105
SCOTIABANK 4131 II	-	209.000	-	-	-	1.773	-	4.713	-	215.486
BNP 4131 IV	-	290.000	-	-	-	6.233	(8.495)	-	-	287.738
SCOTIABANK 4131 III	-	300.000	-	-	-	739	-	1.662	-	302.401
MUFG 4131	-	200.000	-	-	-	239	-	9.510	-	209.749
SCOTIABANK 4131 IV	-	400.000	-	-	-	576	-	17.519	-	418.095
Total - Empréstimos e financiar	1.851.712	2.449.000	(1.997.531)	(24.463)	67.327	37.945	(8.495)	68.993	-	2.476.516
Debêntures:										
Debêntures - 23ª emissão	2.107.596	-	(704.052)	(64.310)	-	55.634	-	2.401	-	1.397.269
Debêntures - 24ª emissão	1.609.079	-	-	(27.333)	59.951	48.219	(94.766)	-	3.480	1.598.630
Debêntures - 25ª emissão	-	720.000	-	-	27.832	13.365	(4.790)	1.173	(28.204)	729.376
Total - Debêntures	3.716.675	720.000	(704.052)	(91.643)	87.783	117.218	(99.556)	-	7.054	3.725.275
Total da dívida	5.568.387	3.169.000	(2.701.583)	(116.106)	155.110	155.163	(108.051)	68.993	7.054	6.201.791

	Saldo inicial 31.12.2019	Efeito caixa		Atividade operacional Pagamentos encargos financeiros	Efeito não caixa						Saldo final 30.09.2020
		Atividade de financiamento			Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações	
		Ingressos	Pagamentos principal								
Empréstimos e financiamentos:											
FINEP	56.037	-	(11.986)	(1.771)	-	1.725	-	-	-	2.515	46.520
Notas promissórias - 6ª emissão	218.386	-	(215.000)	(5.275)	-	1.750	-	-	139	-	-
Toko Bank	-	149.997	-	(1.184)	-	1.361	-	33.708	-	-	183.888
SCOTIABANK	-	260.000	-	(2.426)	-	2.326	-	29.417	-	-	289.317
BNP	-	450.000	-	-	-	8.409	-	40.312	-	-	496.721
Total - Empréstimos e financiamentos	274.423	859.997	(226.986)	(10.656)	-	13.571	-	103.437	139	2.515	1.016.440
Debêntures:											
Debêntures - 23ª emissão	2.125.867	-	-	(85.114)	-	52.867	-	-	2.271	-	2.095.891
Debêntures - 24ª emissão	1.487.122	-	-	(32.393)	13.968	44.571	-	-	3.258	-	1.516.526
Total - Debêntures	3.612.989	-	-	(117.507)	13.968	97.438	-	-	5.529	-	3.612.417
Total da dívida	3.887.412	859.997	(226.986)	(128.163)	13.968	111.009	-	103.437	5.668	2.515	4.628.857

14.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do seguinte índice financeiro:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido^(*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado^(**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.
- (**) LAJIDA (EBITDA) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) impairment de ativos e direitos.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

15. Obrigações por arrendamento

Os saldos em 30 de setembro de 2021 das obrigações por arrendamento são demonstrados a seguir:

	30.09.2021	31.12.2020	Vencimento máximo	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigação por arrendamento						
Veículos e outros meios de transporte	89.145	106.254	01/02/2027	45	Mensal	de 4,65% a.a até 9,45% a.a
Ativos de tecnologia	3.676	8.955	31/05/2022	8	Mensal	6,57% a.a
Imóveis	61.363	90.300	19/01/2027	28	Mensal	de 0,00% a.a até 13,39% a.a
Terrenos	3.510	4.465	01/01/2024	27	Mensal	de 7,82% a.a até 10,32% a.a
Total - Obrigação por arrendamento	157.694	209.974				
Circulante	41.249	56.034				
Não circulante	116.445	153.940				
	157.694	209.974				

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas relativas as obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

	30.09.2021		Total
	Principal	Juros	
Até um ano - 2022	53.793	(12.544)	41.249
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	101.906	(20.429)	81.477
Até 2 anos - 2023	42.324	(9.371)	32.953
Até 3 anos - 2024	29.642	(6.475)	23.167
Até 4 anos - 2025	29.940	(4.583)	25.357
2026 em diante	37.278	(2.310)	34.968
Total circulante e não circulante	192.977	(35.283)	157.694

A seguir é demonstrada a movimentação dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) e das obrigações por arrendamentos:

Imobilizado arrendado

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Imóveis	Ativos de tecnologia	Veículos e outros meios de transporte	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	83.490	32.517	109.498	5.301	230.806
Remensuração	1.805	15.484	-	34	17.323
Amortizações	(12.515)	(27.772)	(15.191)	(1.029)	(56.507)
Saldo em 30 de setembro de 2020	72.780	20.229	94.307	4.306	191.622
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.853	12.630	89.519	3.963	178.965
Remensuração	(9.040)	-	-	-	(9.040)
Amortizações	(12.086)	(8.831)	(14.363)	(1.031)	(36.311)
Saldo em 30 de setembro de 2021	51.727	3.799	75.156	2.932	133.614

		Efeito não caixa		Efeito caixa			
	Saldo inicial 31.12.2020	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento Amortização de principal	Atividade operacional Pagamento de juros	Saldo final 30.09.2021	
Obrigações por arrendamento	209.974	-	9.040	12.207	(43.240)	(12.207)	157.694
Total	209.974	-	9.040	12.207	(43.240)	(12.207)	157.694

	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final 30.09.2020
	Saldo inicial 31.12.2019	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento Amortização de principal	Atividade operacional Pagamento de juros	
Obrigações por arrendamento	261.882	17.323	16.126	(73.738)	-	221.593
Total	261.882	17.323	16.126	(73.738)	-	221.593

16. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	30.09.2021	31.12.2020
<u>Previdência privada</u>		
Obrigação registrada com previdência privada	4.900.194	6.586.820
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	106.779	110.332
Total obrigações com benefícios pós-emprego	5.006.973	6.697.152
Circulante	4.808	8.735
Não circulante	5.002.165	6.688.417
Total	5.006.973	6.697.152

16.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A FUNCESP administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando serão suspensos os pagamentos e as contribuições de benefícios. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Fundação Cesp ("Vivest") ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

16.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Funcesp para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	30.09.2021	31.12.2020
Confissão de dívida IIa	423.263	390.739
Confissão de dívida IIb	219.701	202.818
Contrato de ajustes de reserva matemática	4.321.282	3.917.751
Total dos contratos	4.964.246	4.511.308
Diferença entre premissas	(64.052)	2.075.512
Total registrado	4.900.194	6.586.820

Detalhes dos contratos com a FUNCESP podem ser verificados na nota explicativa 16.1.1 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

16.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, as quais estão principalmente relacionadas a pandemia (COVID-19), e seus impactos econômico-financeiros – vide nota explicativa nº 1.1. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, realizada com o auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2021, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada, ocasionou uma redução de R\$ 1.446.998 no passivo atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

Para o período findo em 30 de setembro de 2021 não houve avaliação atuarial intermediária. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33(R1) e IAS 19(R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

(a) A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.09.2021
Saldo inicial	6.697.152
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	5.318
Juros líquidos conforme laudo atuarial	351.548
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(570.001)
Ajustes de avaliação atuarial	(1.446.998)
Transferência para dívida financeira	(30.046)
Saldo final	5.006.973

(b) Despesas reconhecidas no resultado nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	-	-	(6.413)	(19.237)
Capitalização para infraestrutura em construção	479	1.145	512	2.199
Outras contribuições - Contribuição definida	(1.788)	(5.579)	(1.916)	(4.576)
Despesas nos períodos com entidade de previdência privada	(1.309)	(4.434)	(7.817)	(21.614)
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	(1.584)	(5.318)	(2.049)	(6.144)
Despesas nos períodos com benefícios pós-emprego	(2.893)	(9.752)	(9.866)	(27.758)
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	(256.267)	(757.593)	(272.499)	(804.501)
Rendimento esperado dos ativos do plano	135.349	406.045	169.190	494.583
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	(120.918)	(351.548)	(103.309)	(309.918)
Total despesas nos períodos	(123.811)	(361.300)	(113.175)	(337.676)

(c) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)

Em 30 de setembro de 2021, as taxas de desconto nominal utilizadas para a obrigação atuarial com benefício definido e FGTS foram de 8,22%, permanecendo iguais às divulgadas em 30 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 essas taxas eram de 7,22% e 7,12% para benefício definido e FGTS, respectivamente.

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não sofreram alteração.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Depósitos Vinculados: A Companhia classifica os saldos de depósitos vinculados como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, e os mesmos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

Depósitos por tipo de prognóstico de perda	30.09.2021	31.12.2020
Depósitos judiciais - processos prováveis	305.252	299.703
Depósitos judiciais - processos possíveis	513.314	463.348
Depósitos judiciais - processos remotos	33.582	39.226
	852.148	802.277

17.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo	
	Saldo Inicial 31.12.2020	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 30.09.2021	Depósitos vinculados 30.09.2021
Processos trabalhistas (a)	325.989	26.706	12.850	(50.835)	(11.875)	302.738	127.241
Processos cíveis (b)	241.378	59.323	31.954	(49.305)	(31.091)	252.356	11.173
Processos regulatórios (c)	129.612	-	3.379	-	(3.903)	129.088	-
Processos fiscais (d)							
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	145.211	1.634	10.851	-	-	157.696	161.254
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	71.328	-	779	-	-	72.107	-
Outros processos fiscais (d.3)	3.990	141	151	(69)	(67)	4.144	5.584
Processos ambientais (e)	4.720	1.665	281	(1.665)	-	5.001	-
Outros processos	8.744	211	4	(211)	-	8.748	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	930.972	89.680	60.249	(102.085)	(46.936)	931.878	305.252
Outras provisões (f)	-	92.290	-	(43.564)	-	48.725	-
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	930.972	181.970	60.249	(145.649)	(46.936)	980.603	299.703
Circulante	168.917					166.063	
Não circulante	762.056					814.540	
Total	930.973					980.603	

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2019	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2020	Depósitos vinculados 30.09.2020	Depósitos vinculados 31.12.2019
Processos trabalhistas (a)	334.661	91.679	18.066	(73.565)	(44.852)	325.989	139.049	194.294
Processos civis (b)	246.768	106.968	24.165	(65.619)	(70.904)	241.378	7.352	2.274
Processos regulatórios (c)	119.999	16.613	4.737	(5.849)	(5.888)	129.612	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	129.805	12.071	3.335	-	-	145.211	152.741	114.890
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	70.300	-	1.028	-	-	71.328	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	5.355	521	262	(480)	(1.668)	3.990	561	2.179
Processos ambientais (e)	4.565	3.488	225	(3.557)	-	4.721	-	-
Outros processos	10.639	284	27	(284)	(1.922)	8.744	-	-
Total	922.092	231.624	51.845	(149.354)	(125.234)	930.973	299.703	313.637
Circulante	348.486					168.917		
Não circulante	573.606					762.056		
Total	922.092					930.973		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

a) **Processos trabalhistas:**

A Companhia mantém provisão para 816 processos (838 em 31 de dezembro de 2020), compostos por processos de natureza trabalhista e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum, pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

b) **Processos cíveis:**

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

c) **Processos regulatórios:**

A Companhia possui 9 autos de infração (9 em 31 de dezembro de 2020) relacionados à supostas não conformidades, sendo 4 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL e 5 no âmbito judicial.

c.1) **Processos regulatórios em fase judicial:**

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Junho 2020 - Desfavorável	20.200	9.507
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Judicialização do processo prevista para outubro de 2020	15.446	6.957
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	27.220	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.700	31.940
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Aguardando decisão	18.048	51.813
Total				84.614	100.217

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

AI nº 0063/2017 - Em despacho emitido em 31 de março de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.200. A Companhia ajuizou ação, tendo a liminar sido deferida o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

AI nº 0064/2017 - Com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020, e ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de não conformidade, com a consequente suspensão no cumprimento da determinação decorrente de tal penalidade. No dia 29 de setembro de 2020 foi deferida liminar suspendendo a exigibilidade da multa administrativa, bem como o cumprimento da determinação a ela referente e, por consequência, determinado que a ANEEL se abstenha de inscrever a Companhia no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN e em dívida ativa.

AI nº 001/2016 - Em agosto de 2018, a Companhia ajuizou ação objetivando a integral anulação do Auto de Infração 001/2016, em razão de vícios de nulidade no procedimento sancionatório movido pela ANEEL. Em 08 de outubro de 2021 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pela Companhia e revogando a liminar anteriormente concedida que suspendia a exigibilidade do cumprimento das determinações impostas, bem como o pagamento da multa aplicada, no valor estimado de R\$ 69.862. A companhia apresentará o recurso cabível contra esta decisão, dentro do prazo legal.

O montante de R\$ 100.217 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída

c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Aguardando decisão	18.124	-
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nível de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.135	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	11.797	2.537
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	11.252	2.873
Outros				166	-
Total				44.474	5.410

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos.

Em processo regular de reavaliação de provisões, em 17 de junho de 2021, a Companhia decidiu reverter a provisão do TN 245-247/2010 (Sistema de Medição de ETT's) por prescrição.

O montante de R\$ 5.410 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

d) Processos fiscais:

- d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras:** A Companhia discutia judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal (“STF”). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia depositou em juízo, mensalmente, os valores em discussão até setembro de 2021 (competência julho de 2021), momento em que, apresentou em juízo manifestação com o pedido de desistência da ação e conversão em renda dos depósitos em favor da União Federal, que aguarda análise do Poder Judiciário.

d.2) Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015: Tratam-se de 28 Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Em agosto de 2021, o Município de São Paulo distribuiu 26 Execuções Fiscais, que foram devidamente garantidas e serão opostos os Embargos à Execução. No que se referem aos 2 Autos de Infração ainda não ajuizados, para obtenção da certidão de regularidade fiscal, a Companhia distribuiu ação declaratória de antecipação de garantia, com oferecimento de seguro garantia.

d.3) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015: Tratam-se de 28 Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Em agosto de 2021, o Município de São Paulo distribuiu 26 Execuções Fiscais, que foram devidamente garantidas e serão opostos os Embargos à Execução. No que se referem aos 2 Autos de Infração ainda não ajuizados, para obtenção da certidão de regularidade fiscal, a Companhia distribuiu ação declaratória de antecipação de garantia, com oferecimento de seguro garantia.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

f) Outras provisões

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída no valor total de R\$ 92.289 será realizada.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Valor estimado da contingência	
		01.07.2021 a 30.09.2021	31.12.2020
Processos cíveis (a)		513.025	578.244
Processos cíveis diversos		513.025	578.244
(a.1)	Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
	Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
	Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
	Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(a.2)	Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC	Não determinado	Não determinado
	Arbitragem Neenergia	Não determinado	Não determinado
Processos regulatórios		1.778.362	1.603.022
Devolução tarifária - Base Blindada		1.268.454	1.093.502
Ação Anulatória - AI 122/2012 - Base de Remuneração Regulatória (BRR)		188.614	186.419
Autos de Infração - Indicadores de continuidade		100.217	104.935
Ação Anulatória - AI 008/2012 - Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)		93.464	92.407
Autuações PCLD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa		85.615	77.349
Outros processos regulatórios		41.998	48.409
Processos fiscais (b)		2.882.535	2.809.735
CSLL - base negativa		154.932	153.314
Execuções fiscais municipais - diversas		91.315	88.961
PIS - Estatuto da decadência		244.867	243.674
COFINS - anistia		163.106	162.340
(b.1)	COFINS - Multa de Ofício	70.786	70.786
	Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	191.406	188.920
	Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	174.651	173.312
	PIS - Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	663.877	659.565
	FINSOCIAL	228.813	226.424
	PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	161.269	158.969
	Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	142.778	137.976
	Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - São Paulo/SP - 2011 a 2015	179.622	145.015
	Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	70.512	46.314
	Autos de infração de PIS/COFINS - Glosa de créditos	249.055	236.450
	Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	42.470	41.507
	Outros processos fiscais	53.076	76.208
Processos trabalhistas (c)		1.146.731	925.492
(c.1)	Ação Civil Pública - Terceirização	Não determinado	Não determinado
	Ações de periculosidade - Sede barueri	137.223	129.693
(c.2)	Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	93.993	115.133
	Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - execuções fiscais	64.675	64.078
	Contribuição Previdenciária - SAT	44.761	43.878
	Outros processos trabalhistas	806.078	572.710

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 17.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(a) Processos cíveis:

(a.1) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais: O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma perícia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. A Companhia apresentou recurso em julho de 2012 ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão. Em 22 de fevereiro de 2021 o recurso foi rejeitado, razão pela qual o processo retornará para primeira instância para realização da perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a.2) **Ação civil pública Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC:** Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

Em março de 2018, a Companhia apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018, tendo sido rejeitado o recurso da Companhia em 11 de março de 2020. Em 06 de agosto de 2020 a Companhia apresentou recurso ao STJ. Em 02 de janeiro de 2021 foi publicada decisão determinando a suspensão do recurso especial da Companhia, em razão de ter sido somente tratado os requisitos para a indenização em dobro, e o tema ter sido designado como repetitivo pelo STJ (REsp 1.585.736/RS). Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a Companhia não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(b) **Processos fiscais:**

- (b.1) **COFINS – Multa de ofício: Multa de ofício:** Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A Companhia opôs Embargos de Declaração, que não foram acolhidos em acórdão publicado em março de 2021. A Companhia recorreu aos Tribunais Superiores. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019

(c) **Processos trabalhistas:**

- (c.1) **Ação civil pública – Terceirização:** Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de *dumping* social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A Companhia interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho e, em 11 de fevereiro de 2021, o processo foi julgado favoravelmente à Companhia. Em 02 de julho de 2021, o Ministério Público do Trabalho interpôs recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho. Aguarda-se, neste momento, distribuição do recurso e julgamento

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os advogados que patrocinam a Companhia na ação mantêm a avaliação de risco do processo como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

- (c.2) **Ações de periculosidade – Sede Barueri:** Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Interposto Agravo Interno pelo Sindicato em 03 de setembro de 2021, no Tribunal Superior do Trabalho. Aguardando julgamento do recurso.

Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 30 de setembro de 2021 de R\$ 137.233 (R\$ 129.653 em 31 de dezembro de 2020), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

18. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Nota	30.09.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Eficiência energética	18.1	282.629	301.697
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	173.915	137.393
Encargos CDE Covid	18.1	46.385	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	18.1	3.588	2.948
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		2.362	1.659
Ministério de Minas e Energia	18.1	1.794	1.474
Outros encargos		62	61
Total		510.735	445.232
NÃO CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	83.146	27.561
Total		83.146	27.561

- 18.1 As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a..

No período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 361.112, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados.

A seguir é apresentado o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	367.446
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	306.205
Junho de 2023	2ª - Advogados	50.000	50.106
			723.757

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A Companhia possui dois processos judiciais que discutiram a tese.

No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de setembro de 2021 o montante compensado de R\$ 918.345 (R\$ 466.200 no decorrer do ano de 2021), e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir apresentamos a posição patrimonial do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Nota	30.09.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	8	809.920	781.381
<u>Ativo não circulante</u>	8	5.855.296	6.107.700
Total Ativo		6.665.216	6.889.081
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		809.920	781.381
<u>Passivo não circulante</u>		6.742.938	6.529.143
Total Passivo		7.552.858	7.310.524
		30.09.2021	30.06.2020
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	(127.376)	(1.866.587)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	127.376	1.866.587
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		114.958	424.592
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(114.958)	(424.592)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		-	-

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2019	5.005.317	4.974.076
Adições	1.866.587	1.866.587
Atualização	449.115	449.226
Compensações	(178.155)	-
Outros	-	539
Saldo em 30.09.2020	7.142.864	7.290.428
Saldo em 31.12.2020	6.889.081	7.310.524
Adições	127.376	127.376
Atualização	114.958	114.958
Compensações	(466.199)	-
Saldo em 30.09.2021	6.665.216	7.552.858

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 30 de setembro de 2021 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias (197.466.862 em dezembro de 2020), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

21.2 Composição acionária

	30.09.2021		31.12.2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas:				
ENEL Brasil S.A.	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

21.3 Reservas de capital

	Nota	30.09.2021	31.12.2020
Reserva especial - gerada por incorporações	9.3	2.267.884	2.267.884
Outras reservas de capital		546	546
Total		2.268.430	2.268.430

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 9.3.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.09.2021	31.12.2020
Ajuste de avaliação patrimonial		1.051.746	1.129.504
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(357.594)	(384.032)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		694.152	745.472
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(5.411.374)	(6.847.824)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		10.601	53
Outros resultados abrangentes - derivativo	31.1.1	(5.306)	(3.920)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.838.066	2.329.576
Outros resultados abrangentes, líquido		(3.568.013)	(4.522.115)
Total registrado no patrimônio líquido		(2.873.861)	(3.776.643)

21.5 Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2021 foi aprovada a destinação do resultado do exercício de 2020, a qual segue: face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, no montante total de R\$980.816 que: (a) acrescido do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$71.212; (b) acrescido do montante relativo a dividendos e juros sobre capital próprio prescritos no valor de R\$129; e (c) tendo em vista que o saldo da reserva legal acrescido do montante da reserva de capital atingiu limite de 30% do capital social da Companhia, nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, nos termos do artigo 193, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, perfaz um lucro líquido ajustado de R\$1.052.157, que foi destinado da seguinte forma:

- a) o montante de R\$ 195.300 declarado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de dezembro de 2020, à título de juros sobre o capital próprio imputáveis ao dividendo obrigatório, conforme dispõe o artigo 26, §2º do Estatuto Social da Companhia;
- b) o montante de R\$36.200 foi declarado à título de dividendos intercalares, em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de dezembro de 2020
- c) o montante de R\$60.834, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, declarado como dividendo obrigatório, conforme dispõe o artigo 26, §2º do Estatuto Social da Companhia;
- (d) após a dedução do dividendo obrigatório, o montante de R\$759.823 foi declarado como dividendos complementares ao dividendo obrigatório.

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes Companhias no mesmo período, bem como para a mesma Companhia em períodos diferentes.

22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico/diluído

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Numerador:				
Lucro/prejuízo líquido do período	353.597	700.340	159.361	255.955
Denominador (em milhares de ações):				
Número de ações ordinárias	197.467	197.467	197.467	197.467
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	1,79067	3,54662	0,80703	1,29619

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria.

23. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os principais componentes da receita operacional líquida estão detalhados na nota explicativa nº 23 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

O Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) propicia que as distribuidoras comercializem excedentes de energia e, em caso de vendas relacionadas a montantes do limite regulatório ou da sobrecontratação involuntária, que parte do benefício auferido seja revertido em favor do consumidor no processo de reajuste tarifário. Os agentes de distribuição com sobras contratuais de energia elétrica podem atuar como vendedores no MVE, e como compradores os consumidores livres, consumidores especiais, agentes concessionários, permissionários e autorizados de geração, os comercializadores e os agentes de autoprodução que estejam adimplentes na CCEE no momento da declaração de intenção de compra.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) nos trimestres

	01.07.2021 a 30.09.2021			01.07.2020 a 30.09.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	7.088.675	4.162.182	3.563.419	6.957.936	4.295.851	2.928.340
Industrial	25.138	552.121	414.679	25.390	578.219	349.505
Comercial	399.281	1.864.259	1.517.921	408.805	1.847.142	1.185.825
Rural	573	7.731	2.760	562	7.924	2.287
Poder público	15.509	237.810	167.036	15.507	206.051	115.148
Iluminação pública	2.337	165.774	83.326	2.885	199.436	74.427
Serviço público	1.405	99.559	67.018	1.386	99.127	52.598
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.439.093)	-	-	(2.337.470)
Subtotal - fornecimento	7.532.918	7.089.437	3.377.066	7.412.471	7.233.750	2.370.660
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	259.605	-	-	56.562
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	1.776.080	-	-	36.869
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	(1.776.080)	-	-	(36.869)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	-	-	2.439.093	-	-	2.337.470
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	2.723	2.987.575	503.118	2.064	2.556.621	424.234
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(12.697)	-	-	(24.528)
Energia no curto prazo	-	1.326.959	247.172	-	877.275	75.404
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	177.043	-	-	-
Receita de construção	-	-	389.177	-	-	264.009
Aluguel de poste	-	-	43.607	-	-	38.054
Receitas com partes relacionadas	-	-	22.467	-	-	94
Outras receitas	-	-	11.237	-	-	6.150
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.535.641	11.403.971	7.456.888	7.414.535	10.667.646	5.548.109
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	126.314	-	-	123.955
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	1.854.455	-	-	181.370
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	165.231	-	-	47.786
Total outras receitas	-	-	2.146.000	-	-	353.111
Receita operacional bruta	7.535.641	11.403.971	9.602.888	7.414.535	10.667.646	5.901.220
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(56.509)	-	-	(35.332)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(637.029)	-	-	(559.893)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(27.904)	-	-	(17.584)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(778.092)	-	-	(138)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(7.086)	-	-	(4.976)
ICMS	-	-	(1.197.396)	-	-	(993.585)
COFINS - corrente	-	-	(526.791)	-	-	(351.706)
PIS - corrente	-	-	(114.372)	-	-	(76.348)
ISS	-	-	(37)	-	-	(45)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(3.345.216)	-	-	(2.039.607)
Receita operacional líquida	7.535.641	11.403.971	6.257.672	7.414.535	10.667.646	3.861.613

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021

Nota	01.01.2021 a 30.09.2021			01.01.2020 a 30.09.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	7.088.675	12.554.515	9.540.681	6.957.936	12.287.913	8.150.230
Industrial	25.138	1.633.895	1.112.795	25.390	1.688.192	1.019.496
Comercial	399.281	5.860.523	4.234.140	408.805	6.352.606	4.004.482
Rural	573	23.390	7.424	562	23.803	6.701
Poder público	15.509	719.826	449.625	15.507	728.727	401.561
Iluminação pública	2.337	548.993	237.823	2.885	579.104	213.765
Serviço público	1.405	288.257	173.217	1.386	309.434	160.426
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	-	-
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(7.228.314)	-	-	(6.674.839)
Subtotal - fornecimento	23.1	7.532.918	21.629.398	7.412.471	21.969.779	7.281.822
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	23.1/23.2	-	324.407	-	-	(38.286)
PIS/COFINS consumidores a restituir	20	-	(127.376)	-	-	(1.866.587)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	20	-	127.376	-	-	1.866.587
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	23.2	-	7.228.314	-	-	6.674.839
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	23.2	2.723	9.007.750	2.064	7.742.304	1.254.640
(-) DIC/FIC/DIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	23.2	-	(53.627)	-	-	(40.186)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	23.3	-	247.172	-	2.442.914	98.941
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	1.326.959	323.811	-	-	-
Receita de construção	23.4	-	1.028.876	-	-	750.679
Aluguel de poste	23.5	-	125.315	-	-	114.689
Receitas com partes relacionadas	28.1	-	22.624	-	-	443
Outras receitas	23.6	-	31.238	-	-	18.686
Total receitas - originadas de contratos com clientes		7.535.641	31.964.107	7.414.535	32.154.997	16.116.267
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	23.7	-	377.260	-	-	362.844
Ativo e passivo financeiro setorial	11/23.8	-	2.842.549	-	-	322.355
Atualização do ativo financeiro da concessão	10.2	-	368.888	-	-	64.971
Total outras receitas		-	3.588.697	-	-	750.170
Receita operacional bruta		7.535.641	31.964.107	7.414.535	32.154.997	16.866.437
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(134.045)	-	-	(99.842)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.820.069)	-	-	(1.679.668)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(76.845)	-	-	(67.752)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(1.147.584)	-	-	(36.017)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(17.040)	-	-	(14.452)
ICMS	23.9	-	(3.272.945)	-	-	(2.874.710)
COFINS - corrente	23.9	-	(1.282.392)	-	-	(1.013.023)
PIS - corrente	23.9	-	(278.342)	-	-	(219.838)
ISS	23.9	-	(110)	-	-	(132)
Total das deduções da receita operacional bruta		-	(8.029.372)	-	-	(6.005.434)
Receita operacional líquida		7.535.641	31.964.107	7.414.535	32.154.997	10.861.003

(*) Não revisado pelos auditores independentes

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)**Nos trimestres:**

	01.07.2021 à 30.09.2021				
	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(67.419)	-	(42.402)	-	(109.821)
Entidade de previdência privada	(1.097)	-	(212)	-	(1.309)
Serviços de terceiros	(184.221)	-	(59.581)	-	(243.802)
Material	(14.971)	-	(316)	-	(15.287)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.683.284)	-	-	-	(3.683.284)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.078.584)	-	-	-	(1.078.584)
Encargos dos serviços de sistema	520.219	-	-	-	520.219
Depreciação e amortização	(137.737)	-	(25.905)	-	(163.641)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(262.199)	-	-	(262.199)
Custo de construção	(389.177)	-	-	-	(389.177)
Provisão para processos judiciais e outros	(373)	-	(13.609)	-	(13.982)
Ressarcimento de encargos serviços do sistema	(56.496)	-	-	-	(56.496)
Outras receitas (despesas) operacionais	(75.340)	-	-	41.683	(33.657)
Total	(5.168.480)	(262.199)	(142.024)	41.683	(5.531.020)

	01.07.2020 à 30.09.2020				
	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(146.602)	-	(21.593)	-	(168.195)
Entidade de previdência privada	(7.378)	-	(439)	-	(7.817)
Serviços de terceiros	(119.450)	-	(33.563)	-	(153.013)
Material	(15.849)	-	(643)	-	(16.492)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.977.192)	-	-	-	(1.977.192)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(503.745)	-	-	-	(503.745)
Encargos dos serviços de sistema	91.630	-	-	-	91.630
Depreciação e amortização	(137.727)	-	(38.681)	-	(176.408)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(90.865)	-	-	(90.865)
Custo de construção	(264.009)	-	-	-	(264.009)
Provisão para processos judiciais e outros	(2.922)	-	(18.880)	-	(21.802)
Ressarcimento de encargos serviços do sistema	(155.761)	-	-	-	(155.761)
Outras receitas (despesas) operacionais	(50.350)	-	-	54.306	3.956
Total	(3.289.355)	(90.865)	(113.799)	54.306	(3.439.713)

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	01.01.2021 à 30.09.2021				
	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(420.281)	-	(91.716)	-	(511.997)
Entidade de previdência privada	(3.632)	-	(802)	-	(4.434)
Serviços de terceiros	(520.627)	-	(156.366)	-	(676.993)
Material	(43.675)	-	(433)	-	(44.108)
Energia elétrica comprada para revenda	(7.964.225)	-	-	-	(7.964.225)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.999.022)	-	-	-	(1.999.022)
Encargos dos serviços de sistema	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(402.562)	-	(84.147)	-	(486.708)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(416.830)	-	-	(416.830)
Custo de construção	(1.028.876)	-	-	-	(1.028.876)
Provisão para processos judiciais e outros	(6.189)	-	(34.920)	-	(41.109)
Ressarcimento de encargos serviços do sistema	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(188.789)	-	-	123.178	(65.611)
Total	(12.577.878)	(416.830)	(368.383)	123.178	(13.239.913)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.01.2020 à 30.09.2020				
	Custos dos	Despesas com	Despesas gerais e	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(455.017)		(67.142)	-	(522.159)
Entidade de previdência privada	(20.350)		(1.264)	-	(21.614)
Serviços de terceiros	(330.024)		(131.636)	-	(461.660)
Material	(67.775)		(2.693)	-	(70.468)
Energia elétrica comprada para revenda	(5.945.574)	-	-	-	(5.945.574)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.288.923)	-	-	-	(1.288.923)
Encargos dos serviços de sistema	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(408.928)		(100.044)	-	(508.972)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(334.971)	-	-	(334.971)
Custo de construção	(750.679)		-	-	(750.679)
Provisão para processos judiciais e outros	(3.993)		(65.994)	-	(69.987)
Ressarcimento de encargos serviços do sistema	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(152.112)			124.230	(27.882)
Total	(9.423.375)	(334.971)	(368.773)	124.230	(10.002.889)

25. Custo do serviço de energia elétrica

	MWh (*)		R\$			
	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Energia elétrica comprada para revenda:						
Itaipu	5.810.621	6.220.810	(715.887)	(2.047.289)	(764.821)	(2.228.308)
ANGRA 1 e 2	1.106.266	1.162.437	(85.110)	(255.635)	(107.809)	(323.255)
Compra - CCEE	-	-	-	-	-	-
Compra - CCEAR	13.099.357	13.304.402	(1.362.299)	(3.399.704)	(815.804)	(2.731.853)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	145.677	161.431	(10.590)	(30.342)	(9.974)	(31.583)
Quotas de garantia física	7.277.658	7.289.897	(295.521)	(831.816)	(269.946)	(773.763)
Risco hidrológico	-	-	(1.569.086)	(2.059.024)	(140.723)	(291.808)
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	67.015	96.365	1.530	34.457
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	352.225	762.181	191.127	567.856
Subtotal	27.439.578	28.138.977	(3.619.253)	(7.765.264)	(1.916.420)	(5.778.257)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	531.145	562.299	(64.031)	(198.961)	(60.772)	(167.317)
Total	27.970.724	28.701.276	(3.683.284)	(7.964.225)	(1.977.192)	(5.945.574)

	Nota	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:					
Uso da rede básica		(374.804)	(1.232.820)	(444.024)	(1.120.384)
Uso da rede básica - partes relacionadas	28.1	(3.912)	(10.664)	(3.739)	(12.004)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	25.1	(351.742)	(871.961)	(85.382)	(177.012)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo		-	18.189	7.948	163.709
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER		130.229	168.536	-	-
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(40.067)	(165.915)	(68.851)	(177.158)
Operador Nacional do Sistema - ONS		(8.358)	(21.276)	(3.020)	(16.365)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(3.062)	(9.096)	(2.569)	(7.520)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(25.817)	(77.737)	(26.063)	(73.500)
(-) Créditos de PIS/COFINS		62.672	203.722	57.824	131.311
Total		(614.861)	(1.999.022)	(567.876)	(1.288.923)

25.1 O aumento de encargos do serviço do sistema é devido à baixa hidrologia, onde houve um maior despacho fora de ordem de mérito e importação de compra de energia dos países Argentina e Uruguai.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras receitas e despesas operacionais

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos	1.105	2.149	35.137	35.578
Arrendamentos e aluguéis	731	706	(10.049)	(12.254)
Arrendamentos e aluguéis - partes relacionadas	1.575	1.575	(70)	913
Seguros	(296)	(1.575)	(1.112)	(4.526)
Tributos	(14.403)	(34.574)	(12.683)	(36.484)
Compartilhamento de infraestrutura outros - partes relacionadas	-	-	(38)	(325)
Doações, contribuições e patrocínios	(1.202)	(3.565)	(1.633)	(3.881)
Tarifa bancária	(13.915)	(40.554)	(14.674)	(43.286)
Publicidade	-	(17)	(2.632)	(2.931)
Perdas na desativação de bens e direitos	202	(4.062)	(2.537)	(2.673)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(7.429)	(20.366)	(4.237)	(14.003)
Baixa do ativo financeiro da concessão	(13.573)	(22.007)	(5.035)	(8.987)
Taxa de administração do plano - Funcesp	(2.069)	(7.033)	(2.275)	(6.745)
Despesas Indedutíveis	(2.129)	(3.292)	-	-
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso	32.646	94.463	26.614	83.509
Penalidades - devoluções a consumidores	(2.074)	(6.043)	(452)	(2.551)
Multa de mora - pagamento de fornecedores	(8.144)	(11.893)	(127)	(1.061)
Taxa de contribuição CCEE	86	-	(924)	(2.781)
Outros	(4.766)	(9.521)	683	(5.394)
Total	(33.655)	(65.609)	3.956	(27.882)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

	Nota	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras		7.022	14.688	4.250	18.679
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	27.1	22.208	118.878	34.224	81.888
Subvenções governamentais		622	1.982	803	2.515
Atualização de créditos tributários	8.1	1.276	1.548	624	1.102
Atualização monetária dos depósitos judiciais		9.305	19.506	4.573	18.460
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	11	17.399	35.714	590	22.744
Variação monetária Swap - Debêntures		38.452	87.179	-	-
Ajuste ao valor de mercado Swap - Derivativos e Debêntures		46.396	108.051	9.612	13.853
Juros Swap - Debêntures e empréstimos		(1.529)	2.476	1.759	1.759
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	303,086	-	338	55	4.618
Outras receitas financeiras		5.784	21.650	2.183	8.388
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(1.777)	(8.005)	(2.078)	(6.214)
Subtotal		145.158	404.005	56.595	167.792
Despesas financeiras					
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures		(70.890)	(162.217)	(33.345)	(116.677)
Variação monetária - Debêntures		(39.061)	(87.783)	(9.612)	(13.968)
Ajuste ao valor de mercado - Debêntures		34.619	-	-	-
Variação monetária - Empréstimos		455	(67.327)	-	-
Ajuste ao valor de mercado - Derivativos		(73.467)	(143.379)	-	-
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira		(15.965)	(25.083)	(9.557)	(14.863)
Juros sobre obrigações de arrendamento	15	(3.637)	(12.207)	(5.502)	(16.126)
Subvenções governamentais		(621)	(1.982)	(802)	(2.514)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(1.671)	(6.044)	(4.984)	(10.628)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.1	7.816	13.604	716	2.591
Cartas de fiança e seguros garantia		(9.123)	(24.480)	(8.139)	(24.004)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(13.971)	(52.244)	(26.885)	(45.350)
Atualização monetária - energia livre		(773)	(1.564)	(317)	(1.426)
Atualização acordo Eletrobras		(10.577)	(28.229)	(8.030)	(38.164)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	16.2	(117.184)	(351.548)	(103.309)	(309.918)
Comissão de fiança - partes relacionadas	29.1	(3.405)	(5.545)	(1.091)	(3.267)
Outras despesas financeiras		(10.965)	(39.574)	(10.421)	(19.456)
Subtotal		(328.420)	(995.602)	(221.278)	(613.770)
Variações cambiais, líquidas					
Variações cambiais - Empréstimos		(33.410)	(225.266)	(36.308)	(103.437)
Variações cambiais - Swap Empréstimos		135.239	68.993	36.308	103.437
Variações cambiais - outras		(102.269)	156.806	792	(3.248)
Subtotal		(440)	533	792	(3.248)
Total do resultado financeiro		(183.702)	(591.064)	(163.891)	(449.226)

27.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

28. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

No trimestre:	01.07.2021 a 30.09.2021		01.07.2020 a 30.09.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(54.998)	(20.316)	(7.210)	(2.767)
Diferidos	(83.852)	(30.187)	(65.201)	(23.472)
Total	(138.850)	(50.503)	(72.411)	(26.239)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	542.952	542.952	258.011	258.011
Adições:				
Doações	520	520	427	427
Gratificação a administradores	424	424	498	498
Perdas indedutíveis no contas a receber	2.608	2.608	1.305	1.305
Multas indedutíveis	12.440	12.441	30.972	30.972
Despesas indedutíveis	2.130	2.130	272	272
Salário maternidade e paternidade	77	77	65	65
Total das adições	18.199	18.200	33.539	33.539
Base de cálculo	561.151	561.152	291.550	291.550
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(140.286)	(50.503)	(72.888)	(26.239)
Incentivos	1.430	-	459	-
Compensação de base de cálculo	6	-	18	-
Total da despesa com tributos	(138.850)	(50.503)	(72.411)	(26.239)
Alíquota efetiva	25,6%	9,3%	28,1%	10,2%
Acumulado 9 meses:				
	01.01.2021 a 30.09.2021		01.01.2020 a 30.09.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(79.045)	(29.282)	(7.210)	(2.767)
Diferidos	(192.404)	(69.266)	(105.116)	(37.842)
Total	(271.449)	(98.548)	(112.326)	(40.609)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	1.070.337	1.070.337	408.890	408.890
Adições:				
Doações	1.025	1.025	725	725
Gratificação a administradores	(78)	(78)	1.117	1.117
Perdas indedutíveis no contas a receber	6.472	6.472	4.330	4.330
Perdas na baixa de bens e direitos	-	-	1.593	1.593
Multas indedutíveis	13.604	13.604	31.880	31.880
Despesas indedutíveis	3.292	3.292	2.405	2.405
Salário maternidade e paternidade	324	324	274	274
Total das adições	24.639	24.639	42.324	42.324
Base de cálculo	1.094.976	1.094.976	451.214	451.214
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(273.744)	(98.548)	(112.803)	(40.609)
Incentivos	2.277	-	459	-
Compensação de base de cálculo	18	-	18	-
Total da despesa com tributos	(271.449)	(98.548)	(112.326)	(40.609)
Alíquota efetiva	25,4%	9,2%	27,5%	9,9%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada no período findo em 30 de setembro de 2021 e 2020.

29.1 Partes relacionadas

Ativos e receitas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Ativo		Receita	
		30.09.2021	31.12.2020	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020
COMISSÃO (PROPAGANDA/PUBLICIDADE/VENDA EM FATURA DE ENERGIA)	ENEL X Brasil S.A.	128	34	295	443
COMISSÃO (PROPAGANDA/PUBLICIDADE/VENDA EM FATURA DE ENERGIA)	ENEL TRADING S.A	20.451	-	20.451	-
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXPATRIADOS	ENEL CHILE	1.941	1.154	807	702
	ENEL SPA	324	324	-	119
	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORKS S.R.L.	-	-	1.071	-
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS/INFRAESTRUTURA	COELCE CIA. ENERGÉTICA	5.325	4.690	-	693
	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	2.543	1.925	-	675
	ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.	89	89	-	39
	ENEL GREEN POWER BRASIL	2.836	2.136	-	410
	ENEL BRASIL	196	196	-	218
	ENEL FORTALEZA	26	-	-	29
	CELG DISTRIBUICAO S/A	6.954	6.462	-	3.097
	CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA	28	-	-	31
	CIEI COMPANHIA DE INTERCONEXAO	388	326	-	69
Outros créditos:		41.230	17.335	22.624	6.525

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Despesa	
		30.09.2021	31.12.2020	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCGF	ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A.	(326)	(309)	(2.664)	(2.541)
	ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.	(95)	(90)	(767)	(733)
	ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.	(2.560)	(2.355)	(21.075)	(20.101)
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCEAR	ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BOI S.A.	(113)	(106)	(775)	(750)
	ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.	-	-	-	(2.602)
	ENEL GREEN POWER CRISTALÂNDIA I EÓLICA S.A.	(0)	(0)	(1.693)	-
	ENEL GREEN POWER CRISTALÂNDIA II EÓLICA S.A. (II E III)	(0)	(0)	(1.571)	-
	ENEL GREEN POWER DA FAZENDA S.A.	(76)	(71)	(519)	(502)
	ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A.	(252)	(237)	-	(1.616)
	ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A.	(234)	(220)	-	(1.500)
	ENEL GREEN POWER SALTO APIACAS S.A.	(187)	(175)	(1.278)	(1.238)
ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO	ENEL CIEI S.A.	(1.304)	(1.209)	(10.664)	(12.004)
COMISSÃO DE FIANÇA	ENEL BRASIL S.A.	(593)	(1.971)	(5.545)	(3.267)
DIVIDENDOS	ENEL BRASIL S.A.	(478.657)	(60.834)	-	-

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

COMPARTILHAMENTO DE STAFF E INFRAESTRUTURA	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	(5.989)	(3.851)	-	(1.316)
	ENEL CIEN S.A.	(520)	(206)	-	(20)
	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.	(5.614)	(4.888)	-	(1.482)
	ENEL BRASIL S.A.	(17.490)	(6.055)	-	(7.057)
	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES	(1.462)	(722)	-	(215)
	ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.	(408)	(155)	-	(89)
	COELCE-CIA. ENERGÉTICA	(2.943)	(514)	-	(263)
EXPATRIADOS	ENEL GENERACION FORTALEZA S.A.	(2.703)	(1.773)	-	(907)
	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	(9.247)	(4.276)	(6.768)	(7.222)
	ENEL CHILE S.A.	(153)	-	(173)	(44.824)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE GESTÃO (FEE + ICT)	ENEL BRASIL S.A.	(98.373)	(61.466)	-	-

Para os Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, o total estimado considera o percentual de participação da Companhia definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2492/2018 para o ano de 2021 e a receita anual de geração das usinas, homologados pela Resolução ANEEL nº 2746/2020. Para os contratos de CCEAR o montante estimado considerou o volume e tarifas contratados para 2021.

Quanto ao Encargo de uso do sistema de transmissão (contrato nº 121/2002), o mesmo é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Dessa forma, o total estimado informado considera o custo realizado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

Os contratos mencionados acima são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano. A contabilização, tanto da despesa quanto da receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem, que poderá ser pessoal, serviços de terceiros, material e outros. No entanto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, contudo, não constam no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

O contrato de prestação de serviços técnicos e de gestão envolve serviços de fornecimento de apoio técnico e gerencial, para promover integração e padronização dos processos das empresas do grupo Enel no Brasil. O referido contrato possui preço total estimado de R\$ 155.504 para o prazo de 5 anos, a contar da data da anuência da ANEEL, que ocorreu em 20 de fevereiro de 2020, conforme os termos do Despacho nº 560.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Receita/Despesa	
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	30.09.2020
Plano de previdência	FUNCEP Integrante do Conselho Deliberativo	4.900.194	6.586.820	(115.316)	(322.657)
Empréstimo financeiro	FUNCEP Integrante do Conselho Deliberativo	-	918.123	-	-
Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 16:		4.900.194	6.586.820	(115.316)	(322.657)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - nota explicativa nº 14:		-	918.123	-	-

29.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração. Nos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, a provisão para remuneração, reconhecida no resultado dos exercícios, é como segue:

Descrição:	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	1.410	2.996	1.663	5.874
Total	1.410	2.996	1.663	5.874

30. Seguros

Em 30 de setembro de 2021, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2020	31/10/2021	R\$ 2.003.774	R\$ 6.321.356
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2020	31/10/2021	-	R\$ 115.588
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2020	10/11/2021	-	R\$ 78.824
-	Riscos ambientais	01/11/2020	01/11/2021	-	R\$ 135.214

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

31.1 Instrumentos financeiros

31.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2021		31.12.2020		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa	820.751	820.751	2.095.811	2.095.811	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	2.771	2.771	38.940	38.940	Valor justo por meio do resultado
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	28.322	28.322	21.442	21.442	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	71.019	71.019	97.248	97.248	Valor justo por meio do resultado
Consumidores, revendedores e outros	3.373.226	3.373.226	2.645.272	2.645.272	Custo amortizado
Contas a receber - acordos	1.301.190	1.301.190	529.032	529.032	Custo amortizado
Depósitos vinculados	3.911.701	3.911.701	802.277	802.277	Custo amortizado
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	62.337	62.337	545.741	545.741	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	848.116	848.116	5.247.418	5.247.418	Valor justo por meio do resultado
Ativo financeiro setorial	1.794.968	1.794.968	1.587.388	1.587.388	Custo amortizado
Total	12.214.401	12.214.401	13.610.569	13.610.569	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	3.162.031	3.162.031	2.505.707	2.505.707	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.292.725	3.919.662	4.653.061	4.545.125	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures marcados a mercado	1.909.066	1.951.351	915.326	932.579	Valor justo por meio do resultado
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	67.279	67.279	2.316	2.316	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	33.163	33.163	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a pagar - acordo Eletrobras	723.757	723.757	1.056.640	1.056.640	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Obrigações com arrendamento	157.694	157.694	209.974	209.974	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	478.657	478.657	60.834	60.834	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial	1.554.493	1.554.493	1.564.497	1.564.497	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	12.378.865	12.048.087	10.968.355	10.877.672	

Caixa e equivalentes de caixa são mensurados inicialmente pelo valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da contratação e curva da taxa DI mensal. Investimento de curto prazo são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa DI, conforme definido em sua data de contratação. O fundo de investimento é marcado a mercado mensalmente com base na variação dos preços das cotas de investimentos classificadas como renda fixa – curto prazo, indexados à taxa CDI/SELIC. De acordo com o seu regulamento, o fundo de investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Vale ressaltar que a diferença entre o valor contábil e o valor justo da dívida marcada a valor justo por meio do resultado corresponde a custos de transação na obtenção dessa dívida.

Para as demais rubricas, não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado, pois não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante das debêntures vinculadas à variação do IPCA, proteção à variação cambial dos empréstimos captados no exterior (operações 4131) e troca de taxa fixa (operação de 4131) para CDI. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

As operações descritas acima se qualificam para hedge accounting e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda; (ii) hedge de valor justo para as operações de troca de taxa flutuante (swap de IPCA para CDI+); (iii) troca de taxa fixa (swap de BRL + Spread para CDI+). São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

(i) *Hedge* de fluxo de caixa

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* referentes aos juros e variação cambial da operação são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) *Hedge* de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos ou flutuantes relacionados ao IPCA de empréstimos e debêntures. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros é reconhecido na demonstração do resultado como "Receitas ou Despesas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos protegidos pelo *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

Os contratos em aberto em 30 de setembro de 2021 são os seguintes:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Data do contrato	Vencimento	Tipo	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	Fair value hedge	IPCA	CDI	800.000
BNP II	09/03/2021	11/03/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	250.000
Itáú	30/04/2021	15/04/2031	Fair value hedge	IPCA	CDI	720.000
Citibank	06/04/2021	06/10/2021	Cash flow hedge	Dólar	CDI	325.000
BNP III	19/04/2021	19/04/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	475.000
Scotiabank II	17/05/2021	20/05/2025	Cash flow hedge	Dólar	CDI	209.000
BNP IV	30/06/2021	28/06/2024	Fair value hedge	Taxa fixa	CDI	290.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	Cash flow hedge	Dólar	CDI	300.000
MUFG	09/09/2021	09/09/2024	Cash flow hedge	Dólar	CDI	200.000
Scotiabank IV	09/09/2021	09/09/2025	Cash flow hedge	Dólar	CDI	400.000

Os valores das curvas e de mercado dos contratos de derivativo (*swap*) em 30 de setembro de 2021 estão detalhados a seguir:

Contraparte	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes	Resultado
Bradesco	103.846	66.969	-	(36.877)
BNP II	(12.231)	(12.008)	223	-
Itáú	25.328	(18.041)	-	(43.369)
Citibank	(20.367)	(19.144)	1.223	-
BNP III	(29.020)	(28.146)	874	-
Scotiabank II	1.995	1.710	(285)	-
BNP IV	2.173	(11.072)	-	(13.245)
Scotiabank III	522	(3.774)	(4.296)	-
MUFG	8.960	8.166	(794)	-
Scotiabank IV	16.489	14.238	(2.251)	-
Total	97.695	(1.102)	(5.306)	(93.491)

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de setembro de 2021, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

	30.09.2021	31.12.2020
<u>Ativo circulante</u>	2.173	23.718
<u>Ativo não circulante</u>	97.168	95.656
Total Ativo	99.341	119.374
Operação com instrumento derivativo		
<u>Passivo circulante</u>	(36.589)	(3.000)
<u>Passivo não circulante</u>	(63.854)	-
Total Passivo	(100.443)	(3.000)
Total	(1.102)	116.374

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial.

Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida	Taxa de juros contratual	Posição em 30.09.2021
		Total
Debentures - 24ª Emissão (2ª série)	100% IPCA + 4,0134% a.a.	891.951
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134% a.a.	(871.675)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200% a.a.	804.707
		824.983
BNP II 4131	USD + 1,71% a.a.	238.676
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,71% a.a.	(240.368)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,75% a.a.	252.377
		250.685
Itaú		
Debentures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26% a.a.	729.377
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26% a.a.	(735.270)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93% a.a.	753.313
		747.420
Citibank 4131	USD + 1,40% a.a.	312.655
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,40% a.a.	(313.823)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,97% a.a.	332.966
		331.798
BNP III 4131	USD + 1,97% a.a.	457.105
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,97% a.a.	(463.486)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,98% a.a.	491.632
		485.251
Scotiabank II	USD + 2,31% a.a.	215.486
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31% a.a.	(217.375)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25% a.a.	215.665
		213.776
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a.	287.737
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO: 8,41% a.a.	(284.688)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,68% a.a.	295.760
		298.809
Scotiabank III	USD + 2,61% a.a.	302.402
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61% a.a.	(308.892)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63% a.a.	312.666
		306.176
MUFG	USD + 1,95% a.a.	209.749
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,95% a.a.	(215.667)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,28% a.a.	207.500
		201.582
Scotiabank IV	USD + 2,37% a.a.	418.094
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37% a.a.	(423.086)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,39% a.a.	408.847
		403.855

A seguir é apresentada a movimentação para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativos	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116.374
Recebimentos de principal	(108.147)
Provisão de encargos - juros	(23.213)
Recebimento de encargos - juros	1.884
Variação monetária	87.785
Variação cambial	68.979
Marcação a mercado no resultado	(143.379)
Marcação a mercado no PL	(1.385)
Saldo em 30 de setembro de 2021	(1.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.607
Provisão de encargos - juros	(5.124)
Variação monetária	13.884
Variação cambial	103.437
Marcação a mercado no PL	1.352
Saldo em 30 de setembro de 2020	162.156

Vale ressaltar que os recebimentos de principal são reconhecidos como atividade de financiamento nas demonstrações de fluxo de caixa, enquanto os pagamentos de juros são reconhecidos como saída de caixa nas atividades operacionais.

31.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	30.09.2021				31.12.2020			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	2.771	-	2.771	-	38.940	-	38.940	-
Ativo financeiro da concessão	848.116	-	-	848.116	5.247.418	-	-	5.247.418
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	-	-	-	-	19.126	-	19.126	-
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	-	-	37.856	-	-	-	97.248	-
Debêntures marcadas a mercado	1.909.066	-	1.909.066	-	915.326	-	915.326	-
Total	2.797.809	-	1.949.693	848.116	6.318.058	-	1.070.640	5.247.418

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementada outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros).

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2021 é:

	Nota	30.09.2021
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	820.751
Investimentos de curto prazo	b.1.1	2.771
Depósitos vinculados	b.1.1	852.148
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	3.397.135
Contas a receber - acordos	b.1.2	465.396
Ativo financeiro setorial	b.1.3	3.174.125
Ativo contratual	b.1.3	848.117
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	5.973.483
Total da exposição		15.533.925

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Os depósitos vinculados são efetuados em bancos da união, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. A Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito relacionado a tais depósitos

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de *swap* vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) **Gerenciamento de capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	30.09.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	2.476.516	1.851.712
Debêntures	3.725.275	3.716.675
Operação com instrumento derivativo	1.101	(116.374)
Caixa e equivalentes de caixa	(820.751)	(2.095.811)
Investimentos de curto prazo	(2.771)	(38.940)
Dívida líquida	5.379.370	3.317.262
Patrimônio líquido	3.422.521	2.699.038
Dívida líquida / (Dívida líquida + patrimônio líquido)	61,12%	55,14%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Do endividamento financeiro total em 30 de setembro de 2021, 18% era de curto prazo (35,8% em 31 de dezembro de 2020) e o prazo médio era de 3,50 anos (2,52 anos em 31 de dezembro 2020).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 14. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de setembro de 2021	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	3.162.031	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	318.460	17.265	57.979	2.333.169	-
Debêntures	-	52.170	876.977	2.831.814	924.011
Operações com instrumento derivativo	32.034	4.526	120.067	209.913	111.656
Obrigações por arrendamento	-	-	41.249	81.477	34.968
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	240.000	238.657	-	-
Total	3.512.525	313.961	1.334.929	5.456.372	1.070.635

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* descritos na nota explicativa nº 14.7.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia possui empréstimos e debêntures relevantes remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP. Porém todas as operações indexadas ao IPCA estão protegidas por instrumentos de derivativos que trocam IPCA por CDI+. A posição em TJLP é pouco relevante. Sendo assim, o resultado da Companhia é afetado quase que 100% pela variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2021 as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizados pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 30 de setembro de 2021 é:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2021
Equivalentes de caixa	666.472
Investimentos de curto prazo	2.771
Empréstimos e financiamentos	(2.476.516)
Debêntures	(3.725.275)
Operação com derivativo	(1.101)
Total da exposição líquida	(5.533.649)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nas projeções de 30 de setembro de 2021 da B3 dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, foi definido como o cenário provável e a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 30.09.2021	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			4,50%	6,74%	8,99%	11,24%	13,49%
Equivalentes de caixa	CDI	666.472	29.991	44.920	59.916	74.911	89.907
Investimentos de curto prazo	CDI	2.771	125	187	249	311	374
Subtotal		669.243	30.116	45.107	60.165	75.222	90.281

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Projeção despesas financeiras - 01 ano				
Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 30.09.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI							
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	108,25% do CDI	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.397.269)	(60.666)	(30.112)	(118.998)	(147.347)	(175.178)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	CDI+0,80 a.a.	(706.678)	(33.625)	(47.222)	(60.585)	(73.723)	(86.641)
TJLP							
FINEP 2	TJLP-1,00% a.a.	(34.612)	(541)	(995)	(1.443)	(1.886)	(2.325)
Contrato de Swap							
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	(891.951)	(66.777)	(81.910)	(96.803)	(111.463)	(125.900)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	871.675	64.162	78.702	93.011	107.098	120.969
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,72%	(804.707)	(37.264)	(52.592)	(67.655)	(82.464)	(97.026)
BNP 4131 II	USD + 1,71% a.a.	(238.676)	144.445	50.981	(17.275)	(71.356)	(116.297)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,71% a.a.	240.368	(145.469)	(51.342)	17.397	71.862	117.121
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,75% a.a.	(252.377)	(11.762)	(16.570)	(21.294)	(25.939)	(30.506)
Citibank 4131	USD + 1,40% a.a.	(312.655)	18.539	8.432	1.050	(4.799)	(9.659)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,40% a.a.	313.823	(18.608)	(8.463)	(1.054)	4.816	9.695
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,97% a.a.	(332.966)	(1.123)	(1.542)	(1.955)	(2.363)	(2.765)
BNP III 4131	USD + 1,97% a.a.	(457.105)	275.529	96.491	(34.258)	(137.855)	(223.942)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,97% a.a.	463.486	(279.375)	(97.838)	34.736	139.780	227.069
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,98% a.a.	(491.632)	(24.039)	(33.405)	(42.610)	(51.659)	(60.558)
Scotiabank II 4131	USD + 2,31% a.a.	(215.486)	129.225	44.801	(16.853)	(65.703)	(106.237)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31% a.a.	217.375	(130.358)	(45.194)	17.000	66.279	107.228
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25% a.a.	(215.665)	(11.123)	(15.233)	(19.272)	(23.243)	(27.147)
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a.	(287.737)	(23.313)	(23.313)	(23.313)	(23.313)	(23.313)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	FIXO: 8,41% a.a.	284.688	23.066	23.066	23.066	23.066	23.066
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,68% a.a.	(295.760)	(13.578)	(19.211)	(24.748)	(30.190)	(35.542)
Debêntures - 25ª Emissão	100% do IPCA + 4,26%	(729.377)	(57.480)	(70.100)	(82.519)	(94.746)	(106.785)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,26% a.a.	735.270	55.874	68.141	80.213	92.098	103.801
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,30%	(753.313)	(36.459)	(50.811)	(64.915)	(78.780)	(92.415)
Scotiabank III 4131	USD + 2,61% a.a.	(302.402)	180.506	62.001	(24.541)	(93.112)	(150.093)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61% a.a.	308.892	(184.380)	(63.332)	25.068	95.111	153.315
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63% a.a.	(312.666)	(17.303)	(23.263)	(29.120)	(34.878)	(40.541)
MUFG 4131	USD + 1,95% a.a.	(209.749)	126.469	44.316	(15.678)	(63.215)	(102.716)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,95% a.a.	215.667	(130.037)	(45.567)	16.121	64.998	105.614
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,28% a.a.	(207.500)	(10.764)	(14.718)	(18.604)	(22.425)	(26.181)
Scotiabank IV 4131	USD + 2,37% a.a.	(418.093)	250.494	86.684	(32.945)	(127.731)	(206.496)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37% a.a.	423.086	(253.485)	(87.719)	33.338	129.256	208.961
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,39% a.a.	(408.847)	(21.655)	(29.446)	(37.104)	(44.632)	(52.035)
Subtotal		(6.202.893)	(300.875)	(406.283)	(512.542)	(618.458)	(723.519)

(b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar.

A Companhia possui contratos de dívida em dólar cobertos por operações de *swap* para troca de indexadores do dólar para CDI + spread, dessa forma, não tem risco de variação cambial. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de setembro de 2021. Para mais detalhes vide nota 31.1.1.

	30.09.2021
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamento	2.154.167
Exposição patrimonial	2.154.167
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(2.182.697)
Exposição cambial total	(28.530)

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição às taxas de câmbio	30.09.2021	
	Moeda estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	84.561	459.960
Passivo líquido exposto	84.561	459.960

(b.4.3) Risco de preço**Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 29 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2021, e aprovou reajuste positivo de +9,60%, composto por reajuste econômico de +11,41% e componente financeiro de -1,81%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -0,17%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +9,44% e apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	3,67%
Baixa Tensão	11,38%
Efeito Médio	9,44%

(c) Outros riscos**(c.1) Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2021 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFRA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, existem dois principais fatores que contribuíram para esta. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCS-D de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

Após o referido despacho, a Companhia atualizou o parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, mantendo o entendimento de que se trata de sobrecontratação involuntária.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora, contudo no reajuste tarifário de 2021 a ANEEL não considerou a sobrecontratação de 2016 como involuntária para os valores acima dos 105%, e assim considerou o impacto negativo de R\$ 113.245 neste reajuste.

Ressalta-se, porém que este valor ainda está em discussão em âmbito recursal, contudo o fato do valor já constar no reajuste de 2021 não acarreta dano grave ou de reparação para a Companhia, uma vez

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que esse valor poderá ser revertido nos processos tarifários futuros, em eventual decisão definitiva da ANEEL, sendo favorável à Companhia.

32. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

32.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	30.09.2021	30.09.2020
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	-	44.847
Compensações de Pis e Cofins (ICMS)	466.199	178.155
Doações de linhas e redes (Adição de ativos contratuais, financeiros e intangíveis)	-	-

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	30.09.2021	30.09.2020
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	102.503	125.572
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	13.604	2.591
Pagamento de juros	116.107	128.163

33. Compromissos

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na nota explicativa nº 32 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são:

- Contratos de compra de energia elétrica;
- Contratos de uso do sistema de transmissão e de distribuição (CUST e CUSD);
- Contratos de arrendamentos.

Não houve alteração significativa nos compromissos de longo prazo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

34. Eventos subsequentes

34.1 Emissão de debêntures e notas promissórias

- Em 04 de outubro de 2021 a Companhia realizou o contrato de 26ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 575.000, a uma taxa de CDI + 1,64% a.a. e vencimento em 04 de outubro de 2028.
- Em 07 de abril de 2021 a Companhia contratou a operação de 7ª emissão de notas promissórias, em três séries, no montante total de R\$ 325.000, com desembolso realizado em 06 de outubro de 2021, a uma taxa de CDI + 0,97% a.a. e vencimento de juros e principal Bullet. A primeira série com principal de R\$ 10.000 e vencimento em 06 de abril de 2022, a segunda série também com principal de R\$ 10.000 e vencimento em 06 de outubro de 2022 e a terceira série com principal total de R\$ 305.000 vencendo em 06 de abril de 2023.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34.2 Autuação fiscal IRPJ e CSLL

A Companhia recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelo anterior controlador em 2016.

Com base nas análises internas e de temas similares, a Companhia considera sólidos os argumentos de defesa (probabilidade de perda possível) e apresentará recurso no prazo legal. Valor atualizado do auto de infração é de R\$ 683.766.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações
trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

Barueri, 26 de outubro de 2021.

Diretores:

Max Xavier Lins
Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Vago
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretora de Mercado

Vago
Diretora de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

Barueri, 26 de outubro de 2021.

Diretores:

Max Xavier Lins
Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Vago
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretora de Mercado

Vago
Diretora de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídico